

Acção Socialista

Nº 1249 - 27 Julho 2005

Director: Jorge Seguro Sanches Director-adjunto: Silvino Gomes da Silva
Internet: www.ps.pt/accao E-mail: accaosocialista@ps.pt



VIVER MELHOR EM PORTUGAL

A campanha do PS às autarquias domina esta edição do "Acção Socialista" em que estão em foco as candidaturas de Manuel Maria Carrilho a Lisboa, Francisco Assis ao Porto, Maria José Azevedo a Valongo e Alberto Antunes a Almada.

Os candidatos socialistas a Portalegre e a Alcanena, Ceia da Silva e Fernanda Asseiceira, respectivamente, concedem-nos entrevistas onde falam dos seus projectos e da determinação em ganharem as eleições nos seus concelhos.



RIGOR ECONÓMICO E CONSCIÊNCIA SOCIAL

- I. Mudou o ministro das Finanças, mas não mudou o Governo, nem o seu programa. A disciplina, o esforço, o rigor têm de continuar. A credibilidade da economia portuguesa obriga-o. O desígnio da convergência com os nossos parceiros determina-o. Fernando Teixeira dos Santos dá garantias de prosseguir uma política capaz de ligar rigor financeiro e consciência social. E ele sabe bem que nem todo o investimento é virtuoso, como aliás, sempre tem dito, em nome do bom senso. Todo o investimento público carece de escrutínio e de avaliação rigorosos. Impõe-se, assim, fazer a ponderação de custos e benefícios, e é isso que terá de ser feito. O novo ministro das Finanças é um discípulo de António Sousa Franco, com quem trabalhou muito bem durante quatro anos. Esse facto é muito relevante, sobretudo percebendo que (ao contrário do que afirmam alguns analistas do curto prazo) a linha política de que precisamos neste momento é a de uma “disciplina inteligente”, com os olhos postos no crescimento, no emprego e na convergência, contra a subalternização de uma dinâmica necessária de crescimento.
- II. Há dias, Jean-Paul Fitoussi punha o dedo na ferida: “Se um país renunciar ao crescimento para resolver o problema do défice orçamental, terá menos receitas fiscais e a questão orçamental ficará mais difícil de sanar. Neste clima as empresas não investem. Ora, o motor do crescimento é o investimento” (Expresso, 18.6.05). Eis o que terá de distinguir a boa da má despesa pública: a capacidade de criar emprego, de desenvolver a economia e de aumentar a confiança dos agentes económicos e das pessoas. Mas vejamos o que nos diz mais o economista francês: “Há um problema de funcionamento da democracia na União Europeia”. Falta coordenação de políticas económicas e uma efectiva articulação entre as políticas nacionais e o governo económico da União. A cegueira orçamental confunde-se com a necessária disciplina e o resultado está a vista. A crise europeia deve-se à falta de instrumentos que envolvam os cidadãos e que permitam fazer face ao desemprego e à estagnação. A obsessão do défice determinou perda de competitividade em relação não só aos Estados Unidos, mas também relativamente às novas economias emergentes.
- III. A resposta europeia é indispensável. “Não há nada pior do que uma economia dizer a uma parte da sua população (a dos desempregados) que não precisa dela. Contudo, reconheço que Portugal está numa situação muito melhor que a de muitos países europeus, sobretudo melhor que a de Espanha e a de França. Há uma grande diferença entre (uma taxa de desemprego) de 7 por cento e de 10 por cento” – disse ainda Fitoussi, alertando-nos contra um discurso falso e depressivo, com resultados perversos. No entanto, Portugal tem um problema de crescimento e de estratégia de política económica – “a única estratégia seguida por Portugal foi de restrição orçamental, para satisfazer as regras europeias. Adicionou um choque recessivo a outro choque recessivo”... O que falta afinal? Falta governo económico da União Europeia e coordenação de políticas. Falta um equilíbrio entre as regras e o funcionamento da União Monetária e a consagração necessária de uma União Económica, que ainda não existe, e que é indispensável. Não basta termos um guardião da estabilidade de preços, é essencial termos também quem respeite o objectivo de pleno emprego. Seria como se nos Estados Unidos a Reserva Federal funcionasse em autogestão. E não funciona. O Presidente dos Estados Unidos e o Congresso têm um papel fundamental, político e democrático. Precisamos, de facto, de um tandem Conselho Europeu/Banco Central Europeu, que se articule e que funcione através de uma complementaridade efectiva entre as instituições europeias e os parlamentos nacionais. A Europa precisa de respirar. Eis por que razão estão enganados quantos julgam que é o tratado constitucional o responsável pela crise actual.
- IV. A crise actual deve-se à ausência de Europa política, que não pode nem deve confundir-se com uma estrutura burocrática, centralizada e incontrolável. O problema é de democracia e de cidadania. Falta audácia. E em vez dela temos a inércia omnipresente dos que apenas querem ficar onde estão. É verdade que os caminhos da reforma são insondáveis e imprevisíveis, mas o certo que sem a coragem de lançar um impulso reformista no sentido do crescimento e do emprego, da competitividade e da confiança, da diferenciação positiva e da coesão social, continuaremos na senda da mediocridade e da decadência. Não o esqueçamos.



GUILHERME D'OLIVEIRA MARTINS

gom@ps.parlamento.pt

<http://blogs.parlamento.pt/casadoscomuns>

AGENDA AUTÁRQUICAS 2005

28 de Julho – 21h30 – Espinho

Hotel Praia Golf – Apresentação da candidatura de José Mota

29 de Julho – 20h00 – Cascais

Restaurante da Quinta dos Mações, em Manique
– Apresentação da candidatura de Arrobas da Silva

29 de Julho – 18h00 – Matosinhos

Apresentação da candidatura de Guilherme Pinto

3 de Agosto – 18h00 – Marco de Canavezes

Apresentação da candidatura de Luís Pinto Almeida

28 de Agosto – 20h00 – Serpa

Jantar apresentação de candidatos

2 de Setembro – Vale de Cambra

Apresentação da candidatura de Rosa Albernaz

4 de Setembro – 15h00 – Chaves

Apresentação da candidatura de Altamiro Claro

6 de Setembro – Loures

Apresentação da candidatura de Carlos Teixeira

7 de Setembro – 20h00 – Barreiro

Apresentação da candidatura de Emídio Xavier

9 de Setembro – Alcobaça

Apresentação de candidatura de Daniel Adrião

9 de Setembro – 20h00 – Sesimbra

Hotel do Mar – Apresentação da candidatura de Amadeu Penim

11 de Setembro – Pedrógão Grande

Apresentação de candidatura de João Coelho

11 de Setembro – 16h30 – Melgaço

Apresentação da candidatura de Rui Solheiro

16 de Setembro – 20h00 – Azambuja

Pavilhão Polidesportivo do União Desporto e Recreio de Vila Nova da Rainha – Apresentação de candidatos

17 de Setembro – 15h00 – Coimbra

Convenção Nacional Autárquica

18 de Setembro – 13h00 – Caldas da Rainha

Apresentação da candidatura de António Galamba

ZORRINHO EMPOSSADO COORDENADOR NACIONAL DA ESTRATÉGIA DE LISBOA

Carlos Zorrinho tomou posse perante o primeiro-ministro, José Sócrates, como coordenador nacional da Estratégia de Lisboa, no passado dia 13 de Julho.

A implementação do programa aprovado na Cimeira de Lisboa, em 2000, tem agora um rosto para colocar Portugal na primeira linha da criatividade, da imaginação e da vocação para a descoberta dos portugueses.

A Europa e Portugal de modo muito especial vivem hoje momentos de crise. Uma crise que é sentida por largos estratos da população, e não como até há alguns anos, somente pelas camadas populacionais de mais fracos recursos financeiros.

A União Europeia a 25, enquanto espaço económico e político, debate-se nos dias correntes com sobressaltos e indefinições, que até há pouco tempo atrás pareciam impossíveis de serem detectados. Vivíamos então na era das grandes utopias, dos fundos de coesão que pareciam que não ter fim, da construção de um espaço que se desejava o mais próspero, avançado e justo. Em 2000, na cimeira europeia de Lisboa, era para que este cenário que tudo apontava. Da capital portuguesa saiu então um ambicioso plano, conhecido a partir daí como a Estratégia de Lisboa, que apontava para a modernização e para a afirmação global da Europa.

Para Carlos Zorrinho, este instrumento pensado e apresentado por portugueses, há cinco anos, representa ainda hoje, e cada vez mais, uma linha contínua da visão e da acção, capaz de aceitar a mudança de cenários não se compadecendo com automatismos, regulamentações excessivamente normativas e acções parciais e descoordenadas. A Estratégia de Lisboa, sublinha o coordenador nacional,

é um caminho que se aponta, uma cultura e uma atitude em permanente actualização. Perdemos um tempo precioso, lamenta, Carlos Zorrinho. Nada para que apontava a Estratégia de Lisboa e a agenda política a ela associada, aconteceu nos últimos anos, nem em Portugal nem no espaço europeu.

“O défice de coordenação e a falta de impulso político fragilizaram no terreno uma ideia e um programa cuja oportunidade e actualidade ninguém contestou nem contesta”.

Mas a ideia de deixar cair os braços não parece para este responsável a mais adequada saída para o impasse em que a Europa e o país se deixaram cair.

Para Carlos Zorrinho, afigura-se prioritário fazer da Europa um “espaço de segurança pelo conhecimento e de flexibilidade positiva”. De facto, como defendeu, os desafios que hoje nos são colocados, a portugueses e a europeus, obrigam-nos a criar os mecanismos que nos possibilitem sermos capazes de competir à escala global, tarefa que na sua perspectiva só será alcançável pela inovação, “e não através da ilusória receita da destruição e desmantelamento do Estado Social”.

Contudo, nem tudo ficou para trás. A Estratégia de Lisboa, lembrou ainda Carlos Zorrinho, se bem que longe de ter sido



alcançada na sua plenitude, conheceu níveis de sucesso diferenciados entre os quinze países que na altura integravam a União. Os que apostaram de forma determinada e integrada na inovação, na qualificação e no conhecimento, referiu, “resistiram melhor ao cenário macro-económico recessivo e ao impacto do aumento brutal dos combustíveis” respondendo assim melhor, por outro lado, “à abertura acrescida dos mercados e às novas economias emergentes”.

O Plano Tecnológico proposto pelo Executivo liderado por José Sócrates, lembrou ainda Carlos Zorrinho, é a resposta encontrada pelo actual Governo para que Portugal vá ao encontro do que ficou estabelecido na Estratégia de Lisboa, — estratégia que a Comissão Europeia aprovou como um instrumento fundamental para a afirmação global da União —, de modo a que o país assumia uma agenda nacional de qualificação, inovação e modernização para a competitividade e para a coesão social e sustentabilidade ambiental.

O Conselho Europeu deu aliás, em Junho

passado, o seu aval político a esta estratégia, ao aprovar as 24 directrizes para a execução do programa comunitário e dos programas nacionais, o que deverá ser entendido por um redobrado empenho na concretização do estabelecido na Estratégia de Lisboa.

Portugal ficará mais visível

Para o coordenador nacional, a Estratégia de Lisboa não só representa para o país um dos maiores “senão o maior” instrumento de visibilidade internacional, como acarreta, “nos seus múltiplos objectivos e instrumentos”, um conjunto de prioridades para que se encaixam plenamente nas prioridades de desenvolvimento de Portugal.

Neste sentido, disse, e para que esta coordenação possa alcançar o sucesso desejado, o trabalho será focalizado na elaboração participada do Programa Nacional de Acção 2005/2008, em articulação com o Programa de Governo sufragado pelos eleitores, com o Programa de Estabilidade e Crescimento e com o

processo de preparação do Quadro Estratégico de Referência Nacional. Para se alcançar este desidrato, sublinhou Carlos Zorrinho, “promoveremos acções de debate e audição pública”, de forma a que o programa a apresentar à Comissão Europeia, “seja ambicioso e inovador”, capaz de respeitar a vontade expressa do eleitorado e possa contar com o “contributo de todos os que se quiserem associar a este desígnio”.

Mas a ambição de poder responder a este desafio o melhor possível, como também adiantou o coordenador nacional da Estratégia de Lisboa, passa igualmente por “conceber mecanismos flexíveis e mais eficazes de acompanhamento activo da execução do programa”, gerindo deste modo o “embrião duma rede de inteligência estratégica e prospectiva” recurso essencial, como defendeu, “para que o nosso futuro comum seja cada vez mais o produto da nossa vontade e do nosso empenho e cada vez menos um sucedâneo reactivo à vontade alheia”.

RUI SOLANO DE ALMEIDA

APOSTAR NA ESTRATÉGIA DE LISBOA: COMO E PORQUÊ?



CARLOS ZORRINHO

Portugal apostou na sua presidência da União Europeia em 2000 na concepção duma estratégia moderna de afirmação da Europa na economia global, baseando a aposta no conhecimento e na inovação como factores de competitividade, coesão e emprego. Cinco anos depois, a estratégia então definida e que pelo seu mérito e reconhecimento geral adoptou o nome da cidade que acolheu a cimeira fundadora e se tornou conhecida internacionalmente como “Estratégia de Lisboa” mantém intacta a sua

actualidade e oportunidade.

A agenda escolhida para a concretizar e o modelo de coordenação necessitam no entanto de afinações profundas, para que a solidez conceptual da estratégia se traduza em resultados concretos mais favoráveis. Como contributo para essa afinação, o Conselho Europeu do Luxemburgo decidiu focalizar a Estratégia nos objectivos do crescimento e do emprego, procurando promover a competitividade, a coesão e o desenvolvimento sustentável, através da solidez das contas públicas, da qualificação e da inovação. Decidiu ainda aprofundar o método aberto de coordenação das políticas de forma a aumentar as sinergias entre os diversos programas nacionais e destes com os programas comunitários relacionados. Em consequência destas decisões, cada Estado-membro foi convidado a designar um coordenador Nacional da Estratégia de Lisboa. A esse coordenador caberá dinamizar a elaboração do Programa Nacional de Acção 2005/2008, o qual deve respeitar as

directrizes comuns aprovadas pelo Conselho Europeu, ser articulado com o programa de acção Comunitário e constituir uma referência de enquadramento para os diversos programas sectoriais de âmbito macroeconómico, microeconómico ou de qualificação e emprego e em particular para o novo pacote de fundos estruturais 2007/2013.

Os Planos Nacionais de Acção 2005/2008 e o programa comunitário, que deverão ser aprovados em princípio até 15 de Outubro do corrente ano, constituirão assim mapas coerentes de enquadramento das políticas públicas e da iniciativa privada, visando tornar possível cumprir a ambição da Estratégia de Lisboa, tornando o território da União um espaço economicamente mais competitivo, socialmente coeso e ambientalmente sustentável. Para Portugal esta agenda tem particular importância e actualidade. É hoje consensual que os problemas económicos que atravessamos são problemas estruturais e de modelo de desenvolvimento e não

meros problemas conjunturais. Por isso o nosso Plano Nacional de Acção tem que ser particularmente inovador e integrador, dando corpo aos compromissos do Programa de Governo no que diz respeito às dimensões do Plano Tecnológico, do Crescimento, da Qualificação e do Emprego, da Coesão Territorial, da Modernização do Estado e da Administração Pública, da Investigação e do Equilíbrio das Contas Públicas, para citar as mais relevantes e transversais.

A Agenda de Lisboa renovada constituirá assim um programa de modernização determinante para o futuro de Portugal. A sua elaboração e concretização têm que ser processos altamente participados e com o envolvimento de toda a sociedade portuguesa. Consequi-lo é talvez o mais difícil e o mais complexo desafio que a estrutura flexível de coordenação da Estratégia de Lisboa criada pela resolução do Conselho de Ministros n.º 176/2005 terá que enfrentar. Mas é sem dúvida um desafio que vale a pena vencer.

PRESIDENCIAIS

SOARES PONDERA CONCORRER DE NOVO A BELÉM

Com a provável entrada de Mário Soares na corrida das presidenciais, a política portuguesa voltou a agitar-se com a antecipação e a marcação do terreno pela esquerda.

A questão das presidenciais conheceu, no final da passada semana, um volte-face com a mais que provável candidatura de Mário Soares em Belém.

Quando a direita já cantava vitória, antecipando há meses a mais que certa candidatura de Cavaco Silva, tentando transformar uma eleição, que em qualquer circunstância terá que ser democrática, numa simples consulta aos eleitores, tudo muda no debate político em torno desta questão, com a declaração pública de apoio de José Sócrates a uma candidatura de Mário Soares a Belém.

"Tenho a certeza que se ele estiver disponível terá todo o apoio no PS e no país", declarou José Sócrates numa entrevista ao JN.

Perante a assunção por parte do líder socialista e primeiro-ministro, de que a candidatura do ex-presidente da República e fundador do Partido Socialista "contribuirá para ajudar muito a unir Portugal", as portas do palácio presidencial ficam agora mais abertas para o histórico socialista.

Para Mário Soares, as declarações de José Sócrates "mudam as circunstâncias e têm um peso inegável na reflexão que tenho vindo a fazer desde há alguns dias. Por vir de quem vêm e pelo peso que representam em si mesmo".

Contudo, como também sublinhou, "uma aceitação minha terá de ser tomada numa perspectiva nacional, destinada a unir os portugueses e a contribuir para lhes dar estabilidade, segurança e uma nova esperança quanto ao futuro".

Para Ferro Rodrigues, antigo secretário-geral, o anúncio eventual candidatura de Mário Soares só poder recolher elogios,

já que constitui "a mais jovem e inconformista de todas as candidaturas, aquela que representa os que se bateram antes, durante e depois de Abril por um Portugal democrático e para todos", considerando-a mesmo "como um acto de coragem física".

Também Jorge Coelho, que recusa a ideia de o partido estar dividido em relação às presidenciais, é da opinião que tudo se encaminha para que Mário Soares possa ser o candidato ideal, ajudando assim a que "o Presidente da República continue a ser da área política do Partido Socialista, como sempre aconteceu desde o 25 de Abril".

Para o coordenador da Comissão Permanente do PS, Mário Soares "é a única personalidade da área política da esquerda e do centro-esquerda capaz de ganhar as eleições para a Presidência da República em 2006".

Também os jovens socialistas manifestaram "de forma entusiástica" o seu apoio à candidatura de Mário Soares, considerando que é "o cidadão com maior capacidade para unir os portugueses, e um político com uma grande visão de futuro". Para a JS, com Soares na presidência está garantida a "estabilidade de que o país precisa".

Federações estão com Mário Soares

Igualmente as estruturas regionais e locais do Partido Socialista manifestaram o seu apoio à candidatura de Mário Soares. Os presidentes e dirigentes das federações do PS já fizeram chegar aos órgãos do partido o seu inequívoco apoio a Mário Soares para as presidenciais de 2006.



Em excelente forma, Mário Soares prepara-se para mais um combate. O fundador do PS sabe que conta com a sua gente

O líder do Governo Regional dos Açores, Carlos César, tomou igualmente público o seu apoio a esta candidatura, tendo referido que ela "é precisa, mais uma vez, à democracia de Portugal".

Carlos César reforçou a ideia de que "o tempo para o país se consumir nas intrigas

palacianas entre o Governo e o Presidente da República está gasto", defendendo que "um candidato à presidência da República proveniente da oposição à direita não pode entrar como um cavalo de Tróia".

Na opinião do líder açoriano, a

candidatura de Mário Soares recolherá o apoio de todos aqueles que não querem que Portugal se transforme num país ingovernável e suspenso por lutas constantes entre Governo, Parlamento e o Presidente da República".

R.S.A.

COMISSÃO POLÍTICA

CONCLUÍDO PROCESSO AUTÁRQUICO

José Sócrates reafirmou no dia 19 que o PS vencerá as próximas eleições autárquicas se for o partido mais votado. "Ganha quem tiver o maior número de votos. É esse o indicador de qualquer eleição", sustentou o secretário-geral na reunião da Comissão Política Nacional, destinada a debater a situação política e a ratificar o processo de escolha dos candidatos socialistas às autárquicas de 9 de Outubro. Na reunião, que decorreu na sede nacional do Largo do Rato, o coordenador da Comissão Permanente, Jorge Coelho, deu também a conhecer os resultados do encontro que tivera umas horas antes com os presidentes das federações.



PS/MADEIRA AFIRMA

JARDIM ULTRAPASSOU OS LIMITES DO BOM SENSO

O PS/Madeira condenou veementemente as declarações de cariz xenófobo proferidas pelo presidente do Governo Regional, no encerramento da iniciativa "48 horas a bailar", em Santana, considerando que Jardim ultrapassou, mais uma vez, "os limites do bom senso, ao atacar comunidades de estrangeiros que visitam e trabalham legalmente" na região autónoma.

Trata-se, segundo o PS/Madeira, "de um comportamento xenófobo, que não representa o sentimento geral dos madeirenses e porto-santenses", já que, antes pelo contrário, "o povo da Madeira é tolerante e hospitaleiro".

Em comunicado, os socialistas

madeirenses "repudiam as afirmações do presidente do Governo Regional", porque, referem, "não queremos fazer aos outros aquilo que não nos fizeram quando tivemos a necessidade de ser acolhidos noutras regiões do mundo". Para o PS/Madeira, Alberto João Jardim "não só ofendeu os chineses, como também ofendeu todos os madeirenses que vivem aqui no arquipélago e que têm os seus familiares a viver e a trabalhar na África do Sul, na Venezuela, na Austrália, nos EUA e em vários países da Europa".

Face a este lamentável episódio, o PS/Madeira "exigiu ao presidente do Governo Regional a reposição da verdade

do sentimento da nossa população, com um pedido de desculpas, sob pena de lesarmos a imagem que os madeirenses têm de cidadãos do mundo e, também, de sofrermos represálias onde temos as nossas comunidades de emigrantes". O PS/Madeira lamenta que perante estes factos, "lesivos também do turismo da região, e que receberam a condenação do Presidente da República, do Governo da República, do presidente do PSD, Marques Mendes e várias organizações anti-racismo em Portugal, Jardim não tenha tido ainda a humildade de reconhecer o erro e pedir perdão, em nome boa imagem da Madeira e dos madeirenses".

JUNTOS COM CARRILHO PELA MUDANÇA EM LISBOA

A construção de oito novas praças na cidade para promover o convívio entre os cidadãos foi uma das "ideias simples e concretas" avançadas no dia 13 por Manuel Maria Carrilho, no megajantar de apresentação dos candidatos do PS à Câmara, Assembleia Municipal e Juntas de Freguesia de Lisboa, que reuniu na antiga FIL mais de 1500 pessoas à volta do lema "Juntos pela mudança".

A existência de "uma praça em cada bairro de Lisboa, que aumente o convívio entre os cidadãos e dote a comunidade dos equipamentos de que ela necessita, culturais ou de desporto ou de saúde", consta das promessas avançadas pelo candidato do PS à presidência da Câmara Municipal de Lisboa.

Para isso, solicitará ajuda aos "mais talentosos arquitectos" nesta tarefa. Além deste compromisso, Manuel Maria Carrilho, que prometeu "repor as pessoas no coração da acção municipal em Lisboa", apresentou mais três "ideias simples e concretas com benefícios evidentes para a cidade" para a cidade, relacionadas com o tráfego automóvel, com os idosos e as crianças.

Apointando o estacionamento como "um dos mais graves problemas de Lisboa, que se agravou nestes quatro últimos anos", Manuel Maria Carrilho prometeu "reforçar a oferta de transportes públicos urbanos na área central da cidade" e "criar uma rede de parques de estacionamento à entrada de Lisboa", como forma de dissuadir a entrada de mais automóveis na capital.

O candidato socialista explicou ainda que "os residentes estarão finalmente em primeiro lugar" e terão "estacionamento bonificado durante o dia e gratuito no período nocturno" nos parques de Lisboa. Quanto aos idosos, Manuel Maria Carrilho propôs a criação de "um novo serviço de transporte social, permanente e gratuito", a que deu o nome "Sempre à porta".

Comprometeu-se, por outro lado, a transformar Lisboa na "verdadeira capital da criança", fazendo da rede municipal

de escolas "um exemplo de excelência a nível nacional".

Na sua intervenção, o candidato socialista afirmou ainda que podia falar das "promessas não cumpridas" do actual Executivo, mas preferiu concentrar-se nas propostas para uma "verdadeira mudança, que faça de Lisboa, por esta ordem, uma cidade mais solidária, mais competitiva e mais cosmopolita".

Depois de "quatro anos negros" marcados pelo "vazio, instrumentalização e incompetência", Manuel Maria Carrilho afirmou que "é preciso pensar no futuro". Nesse sentido, anunciou o aumento da segurança, através de "mais e melhor policiamento" e "instalação de câmaras de videovigilância", uma reabilitação urbana "a sério e não de cosmética" e "a criação de residências universitárias e novos espaços de estudo e de lazer para os jovens".

"Unidos como uma rocha"

Por sua vez, o coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho, criticou e desmontou as tentativas que estão a ser feitas no sentido de "condicionar" a presença nas acções de campanha e outras iniciativas da mulher do candidato socialista à Câmara de Lisboa, Manuel Maria Carrilho, a apresentadora de televisão Bárbara Guimarães.

"Quería aqui deixar uma mensagem a alguém que estão a tentar condicionar: queria dizer à minha querida amiga Bárbara que o povo de Lisboa gosta de si, que o PS gosta de si", declarou Jorge Coelho, acrescentando que "nenhum de nós se



A campanha de Carrilho ganhou nova dinâmica. O jantar da antiga FIL demonstrou que a mudança em Lisboa passa pelo voto massivo no PS

vai deixar condicionar nesta campanha por comentários, por notícias, por aquilo que seja".

Durante o seu discurso, na antiga FIL, o dirigente socialista recordou que só ganham eleições no dia da votação e garantiu que o PS fiscalizará os resultados das autárquicas de Outubro.

"Não tenhamos dúvidas, só se ganham as eleições no dia das eleições à noite, depois de abrirem as urnas e de se fiscalizar o acto eleitoral em condições, coisa que vamos fazer nas próximas eleições", disse. O coordenador autárquico do PS lembrou que foi na nave central da antiga FIL que o partido encerrou a campanha eleitoral para as legislativas de 20 de Fevereiro e acrescentou que, no mesmo local, vai iniciar "um combate" que vai dar aos socialistas "uma grande vitória em Outubro e fazer de Manuel Maria Carrilho o presidente da câmara". Na sua intervenção, Jorge Coelho não esqueceu os cartazes do candidato do PSD espalhados por Lisboa, onde, pasme-se, Carmona Rodrigues aparece de mangas arregaçadas a dizer: "Vamos a isto".

"Agora é que se lembram disso? Então o que é ele andou a fazer nos últimos quatro anos para deixar a cidade no estado em

que deixou?", perguntou, tal como o fazem milhares de lisboetas todos os dias perplexos com a frase dos cartazes. Só que, acrescentou, "o povo de Lisboa tem memória e quer uma mudança".

A terminar a sua intervenção, onde apelou à mobilização do partido para a batalha eleitoral de 9 de Outubro, o coordenador autárquico do PS afirmou que "os socialistas estão unidos, sólidos como uma rocha, no objectivo de derrotar a direita e pôr a esquerda a governar a cidade de Lisboa".

Mobilizar os socialistas da capital

A candidata à presidência da Assembleia Municipal, Maria de Belém, sublinhou que "governar uma autarquia como Lisboa exige visão que permita construir um projecto com ambição", mas também "conhecimento e coerência na decisão, e transparência na prestação de contas aos cidadãos". Governar Lisboa exige ainda, acrescentou, "alianças e equilíbrios entre o passado e as necessidades do futuro, com uma aposta clara na sociedade do conhecimento e em políticas de solidariedade".

Já o presidente da Concelhia de Lisboa, Miguel Coelho, pôs o acento tónico no clima de unidade em torno da candidatura de Manuel Maria Carrilho e apelou à mobilização dos socialistas "para devolver a Lisboa um governo com mais solidariedade e virado para o futuro".

Miguel Coelho acusou ainda Carmona Rodrigues, "a eminência parda desta câmara", de ter sido o responsável pelos "principais actos de gestão", que deixaram a cidade "mais insegura, mais suja e mais feia, com mais automóveis e menos estacionamento, com mais propaganda e 'show-off' e com muitas mais dívidas".

Outro dos oradores deste megajantar foi o presidente da Concelhia da JS de Lisboa, Pedro Pinto, que depois de passar em revista as promessas não cumpridas em relação aos jovens da dupla Santana/Carmona Rodrigues, desde as piscinas à habitação, afirmou: "Não queremos que brinquem mais com os jovens. Queremos mais qualidade de vida e mais oportunidades".

Nesta sessão, que constituiu um grande momento de mobilização e de afirmação do projecto do PS para Lisboa, subiram ao palco todos os candidatos socialistas às juntas de freguesia e à Assembleia Municipal.

J. C. CASTELO BRANCO



CARRILHO RECEBIDO CALOROSAMENTE EM CAMPO DE OURIQUE

Os cidadãos e comerciantes do bairro de Campo de Ourique receberam, no dia 22, calorosamente o candidato do PS à Câmara Municipal de Lisboa, que ouviu queixas sobre o actual estado de abandono e letargia em que se encontra a capital.

A visita teve início no mercado municipal de Campo de Ourique, onde os comerciantes pediram medidas para revitalizar este espaço votado ao ostracismo nos últimos anos. Depois Manuel Maria Carrilho percorreu durante três horas as principais artérias deste popular bairro lisboeta, que engloba as freguesias de S. Condestável e Santa Isabel, onde foi patente a vontade de mudança que há em Lisboa e um crescendo de entusiasmo em torno da sua candidatura.

"Esta e outras visitas que temos vindo a efectuar a vários bairros de Lisboa, têm como objectivo identificar problemas específicos e também comuns que pretendemos dar resposta no âmbito dos projectos para as freguesias que constam do nosso programa", afirmou ao "Acção Socialista" Manuel Maria Carrilho no final da visita a Campo de Ourique.

Satisfeito com o "entusiasmo" com que foi recebido pela população e comerciantes, o candidato do PS considerou que "há uma grande vontade de mudança numa cidade carente de acção, onde as pessoas estão fartas desta

situação de desleixo e estagnação". Por isso, adiantou, "temos a responsabilidade de prepararmos respostas concretas aos problemas que nos têm sido colocados".

Acompanharam Manuel Maria Carrilho nesta acção de pré-campanha os candidatos à Câmara Municipal de Lisboa Dias Baptista, Rui Paulo Figueiredo e Miguel Coelho, bem como os candidatos às juntas de freguesia de Santo Condestável e Santa Isabel.

Candidato em Roma

Entretanto, Manuel Maria Carrilho afirmou no dia 19 em Roma que, se vencer as próximas eleições autárquicas, avançará com parcerias com outras capitais, visando tirar Lisboa da "periferia da Europa".

"Lisboa está abandonada, fechada sobre si mesmo e a acentuar cada vez mais o seu carácter periférico dentro da Europa", disse o candidato do PS, após ter estado reunido em Roma com o presidente da Câmara da capital italiana, Valter Weltroni.

O encontro de Manuel Maria Carrilho com o presidente da Câmara de Roma inseriu-se na série de contactos que o candidato socialista tem vindo a manter com responsáveis municipais de grandes cidades europeias, casos de Barcelona, Paris e Londres.



À suécada no jardim da Parada compareceu Manuel Maria Carrilho para cumprimentar e indagar dos problemas

Segundo Manuel Maria Carrilho, no encontro com o presidente da Câmara de Roma foram analisadas as responsabilidades dos poderes municipais nas políticas activas sociais. "Tal como em Lisboa, também a população de Roma apresenta uma significativa faixa etária idosa, o que exige uma maior responsabilidade ao nível das políticas activas sociais a favor

dos idosos", declarou.

Carrilho adiantou ainda que durante a reunião foram discutidas a forma como a Câmara de Roma respondeu ao problema do trânsito na cidade, assim como o tema da reabilitação urbana e do património histórico.

"É minha intenção projectar Lisboa no mundo e saber como em Roma se projecta a sua imagem no plano

internacional", disse o candidato socialista, lamentando que Lisboa se encontre "isolada" dentro da rede das principais cidades mundiais.

Carrilho revelou ser seu objectivo fazer parcerias com outras capitais mundiais, pondo os quadros técnicos e outros especialistas da autarquia em contacto com o que se faz em outras grandes cidades.

J.C. CASTELO BRANCO

PONTA DELGADA

JOSÉ SAN-BENTO APRESENTA PROJECTO ALTERNATIVO

O socialista José San-Bento afirmou que a sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Ponta Delgada, em São Miguel, tem "um grande projecto alternativo" capaz de melhorar a qualidade de vida no concelho.

"O combate é difícil, mas não nos leva ao conformismo, pois o PS/Açores apresenta para Ponta Delgada rostos e um grande projecto", assegurou no passado dia 23 José San-Bento, na



apresentação formal da sua candidatura ao maior concelho dos Açores.

José San-Bento, cujo lema de candidatura é "Ponta Delgada mais futuro com mais coração", acusou o actual Executivo camarário de ter "falta de consciência social", apontando a necessidade de se abrirem centenas de vagas nas creches para dar resposta a "enormes constrangimentos sociais".

O PS/Açores apresenta-se neste combate eleitoral "difícil" com um "projecto alternativo" que pretende ampliar o leque de opções políticas ao dispor dos eleitores, com "diferenças de fundo em matéria de opções e prioridades", disse. "Se calhar vai haver menos festas, porque a lógica do poder local é a de resolver os problemas do dia-a-dia dos munícipes", referiu o candidato socialista, que criticou a "hipermediatização" que tem marcado o desempenho da actual presidente da câmara.

José San-Bento considerou necessário apostar mais na habitação, na recuperação do parque escolar do concelho e numa verdadeira "cultura democrática", que promova a participação dos cidadãos nas decisões autárquicas, criando, para isso, a figura do provedor do Município e reuniões semanais do Executivo camarário. Em nome de uma maior "transparência" na gestão municipal, o candidato do PS/Açores por Ponta Delgada adiantou que as empresas municipais deixarão de ser "buracos negros", pois pretende publicar trimestralmente informação detalhada, permitindo assim que "as pessoas conheçam os objectivos e as contas desta empresas".

GONDOMAR

MANUEL MARTINS DETERMINADO A COMBATER O POPULISMO FÁCIL



Vieira da Silva foi a Gondomar para apoiar a candidatura de Manuel Martins a uma autarquia onde reina o populismo

Devolver Gondomar aos gondomarenses é o objectivo central da candidatura do socialista Manuel Martins à presidência da Câmara local, que "com vontade, convicção e ambição" prometeu combater o "populismo fácil" em que assenta a actual gestão do major Valentim Loureiro.

Falando no passado sábado na sessão

de apresentação da sua candidatura, na Quinta das Freiras, em Rio Tinto, Manuel Martins criticou o endividamento da autarquia em 150 milhões de euros, a falta de uma ligação ao metro, a paragem do programa Polis, salientando que Gondomar "permanece, em termos de desenvolvimento, no fim da lista dos municípios da Área

Metropolitana do Porto".

Perante largas centenas de militantes e simpatizantes socialistas, o presidente da Concelhia local, Ricardo Bexiga, afirmou que o PS terá de "vencer o tráfico de influências, os interesses próprios e a corrupção", considerando que "pior que em Gondomar, só na Madeira de João Jardim".

PORTO

AMBIENTE NO CENTRO DA CAMPANHA DE ASSIS

Numa clara aposta na área do ambiente e na qualidade de vida, Francisco Assis prometeu, no passado dia 22, construir ou renovar um parque verde por ano caso venha a ser eleito presidente da Câmara do Porto.

O anúncio foi feito a bordo de um barco de passeios turísticos no rio Douro, no âmbito de uma acção de pré-campanha eleitoral que contou com a presença do secretário-geral do PS, José Sócrates. Francisco Assis prometeu "rearranjar" no prazo de um ano o "abandonado" Parque da Quinta do Covelo, que se encontra "num estado deplorável".

Em dois anos, o candidato socialista quer acabar com o Parque de Campismo da Prelada, para criar no seu lugar e nas áreas limítrofes um parque urbano com 15 hectares, projecto que obriga a uma negociação da autarquia com o proprietário, a Santa Casa da Misericórdia do Porto. "O Porto não tem necessidade nem condições para ter um parque de campismo no centro da cidade", afirmou Assis, defendendo a transferência deste equipamento para um outro concelho da Área Metropolitana do Porto.

Francisco Assis pretende ainda construir uma passagem aérea sobre a Avenida Fernão Magalhães, ligando a Praça Francisco Sá Carneiro ao Monte Aventino e ao Parque de S. Roque.

Até ao final do mandato, Assis comprometeu-se a executar metade do Parque Oriental, "uma velha aspiração da cidade", que envolve 50 hectares de zona verde, nos vales dos rios Tinto e Torto.

O candidato do PS disse também que irá recuperar os dois quilómetros de escarpas entre as pontes do Freixo e D. Luís I.

E comprometeu-se ainda a construir três jardins, um junto à Rua Miguel Bombarda ("Jardim das Artes"), outro no Bairro da Bouça e um terceiro no quarteirão da Companhia Auriífica.

O último compromisso ambiental de Francisco Assis é a construção de um corredor arborizado de quatro quilómetros para circulação pedestre e de bicicletas, ligando os dois principais pólos

universitários da cidade.

"Não estamos a fazer promessas vagas. Queremos ser avaliados daqui a quatro anos", afirmou o candidato, referindo que estes compromissos ambientais correspondem a um investimento anual de cerca de 7,5 milhões de euros.

José Sócrates elogiou a preocupação ambiental de Francisco Assis, que protagoniza "uma das candidaturas mais importantes do PS" nas eleições autárquicas de Outubro.

"O Porto esteve parado nestes últimos quatro anos. Precisa de um novo dinamismo, uma nova ambição e uma nova energia", afirmou o líder socialista.

Meios da câmara ao serviço de Rio

Entretanto, Francisco Assis acusou Rui Rio de estar a utilizar o aparelho da câmara, nomeadamente o gabinete de imprensa, ao serviço da sua campanha, garantindo que dará conhecimento desta situação anómala à Comissão Nacional de Eleições.



DEVOLVER ORGULHO E VISIBILIDADE À INVICTA

Determinação e coragem são os princípios que animam a candidatura de Francisco Assis, que pretende devolver à cidade do Porto "o orgulho e visibilidade que nunca devia ter perdido". Francisco Assis, que falava no dia 16 aos militantes durante a apresentação do mandatário da campanha, Bruno Carvalho, e do candidato à presidência da Assembleia Municipal, Pedro Bacelar de Vasconcelos, garantiu não se deixar abater por sondagens aparentemente menos favoráveis. "Aqueles que pensavam que uma qualquer sondagem tinha o efeito de nos abater, estavam enganados. Não nos deixamos abalar por qualquer incidente de percurso", disse.

O candidato socialista acusou ainda o actual presidente da câmara de ter passado quatro anos a "lamentar-se da herança do passado em vez de projectar o futuro da cidade", sem se lhe conhecer uma "única ideia".

Como exemplo paradigmático da inércia de Rui Rio à frente do município, o candidato socialista apontou o facto de "ninguém ter ouvido o presidente da câmara criticar a intenção do Governo espanhol de não contemplar uma ligação a sul,

para Portugal, no seu projecto de TGV para a Galiza".

No âmbito da aposta da sua candidatura na revitalização da Cidade Invicta, nomeadamente no que respeita à sociedade do conhecimento, Francisco Assis lançou dois novos projectos: a construção de um centro empresarial, ligado às novas tecnologias, e de um media parque.

"Não há choque tecnológico com sucesso sem que o Porto participe", disse, defendendo a transformação da zona industrial do Porto, em Ramalde, num centro empresarial associado às novas tecnologias.

Referindo que o Porto tem também que "voltar a ter intervenção no audiovisual", defendeu a criação de um media parque, na freguesia de Massarelos.

"O Porto só pode voltar a ser uma cidade liderante se acolher pólos dessa natureza", sustentou.

Entretanto, o candidato socialista que já percorreu cerca de 25 bairros, contactou com instituições e recolheu contributos para o programa que está a elaborar, vai promover durante o Verão iniciativas temáticas e debates na sede de candidatura.

"Acuso Rui Rio de cinismo e hipocrisia, pela sua falta de seriedade, lançando suspeitas caluniosas sobre a campanha do PS para esconder a realidade do seu comportamento", afirmou no passado domingo, dia 24, Francisco Assis, em conferência de Imprensa.

Em causa estão uma série de declarações de Rui Rio lançando suspeitas sobre os gastos de pré-campanha que o PS está a fazer, chegando mesmo a desafiar, pasme-se, o primeiro-ministro, José Sócrates, a dizer de onde vêm as verbas. Em resposta, Francisco Assis garantiu que a sua campanha "vai respeitar em absoluto as regras impostas pela lei", e apelou a Rui Rio para que pare de fazer "insinuações caluniosas" e que "altere radicalmente" a sua actuação, "deixando de utilizar dinheiros públicos na sua candidatura". Para o candidato socialista, basta consultar o "site" da autarquia, o conteúdo da revista mensal e ver os "mupies" espalhados pela cidade para se perceber que o autarca do PSD está a gastar dinheiro público, utilizando, "hipocritamente, o aparelho da Câmara para favorecer os seus interesses".

E apontou ainda como exemplo os panfletos distribuídos à população e os anúncios publicados nos jornais relativos ao Túnel de Ceuta.

"Gastaram-se rios de dinheiro para sustentar publicamente uma posição de Rui Rio, que não pode ser dissociável da sua campanha", disse.

O candidato socialista gostava de saber quanto é que a autarquia gasta em despesas de "pura propaganda", garantindo que, se for eleito em Outubro, optará por adoptar uma política de contenção em relação a essa matéria.

Francisco Assis afirmou ainda estar "profundamente desiludido" com Rui Rio, referindo que, quando o autarca do PSD ganhou as autárquicas, achava "que podia actuar em conformidade com o seu discurso".

E acrescentou que "não se pode construir uma imagem pública de seriedade pondo em causa a seriedade dos outros".

ARRAIOLOS

ANTÓNIO RAMALHINHO DETERMINADO EM FAZER A DIFERENÇA

Educação e acção social são os pilares em que António Manuel Ramalinho sustenta o projecto de desenvolvimento local que propõe às populações do concelho de Arraiolos.

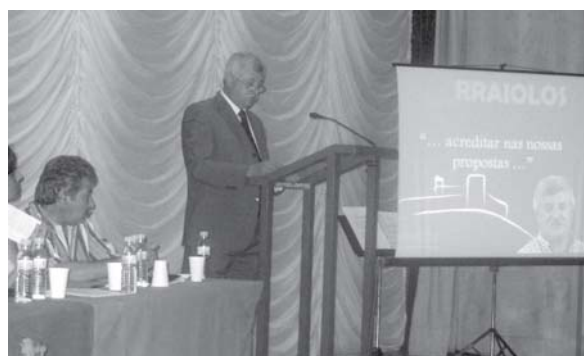
"Precisamos de estimular a criação de mais alternativas de emprego, possuir um suporte social mais consistente e inclusivo e apostar em estruturas educativas que vão de encontro das necessidades", defendeu Ramalinho na apresentação pública da sua candidatura pelo PS à presidência da autarquia local.

Perante centenas de apoiantes que se reuniram no Cine-Teatro de Arraiolos, o candidato socialista garantiu que, se for eleito, "serão criadas equipas de apoio social compostas por pessoas válidas e

com sensibilidade que esta área exige". Trata-se, segundo explicou, de uma medida que visa beneficiar os idosos, "apoando-os nas tarefas quotidianas, nos seus cuidados de saúde e, acima de tudo, no combate à solidão e à exclusão".

Manifestando-se preocupado face à descrença reinante nas populações do concelho e à quebra demográfica, António Manuel Ramalinho considerou de importância vital a implementação de uma política de apoio aos investimentos privados, no âmbito do turismo rural, por forma a atrair mais visitantes a Arraiolos.

"Turismo, água e natureza estão de mãos dadas e, se nos derem um voto de confiança em Outubro, essa também será



uma das nossas principais apostas", declarou o candidato, comprometendo-se ainda a avançar com a criação de um

Centro do Tapete de Arraiolos "que verdadeiramente garanta e assegure a sua certificação, formação, defesa,

valorização e divulgação".

Convicto de que pode fazer a diferença e contribuir para concretizar a mudança num concelho parado há 30 anos pela gestão da CDU, Ramalinho advogou a potenciação dos recursos existentes "de forma rentável e responsável", frisando de seguida a crucialidade da promoção de uma melhoria da qualidade de vida das populações para incentivar a sua fixação.

"Em Outubro deste ano acreditem que é mesmo possível mudar", rematou perante uma entusiasmada assistência, onde se destacaram as presenças dos camaradas Capoulas Santos, Idália Moniz, Carlos Zorrinho, Paula de Deus e Arnaldo Silva, mandatário da candidatura.

TORRES VEDRAS

CARLOS MIGUEL VAI APROFUNDAR PARCERIAS COM AS JUNTAS

O aprofundamento das parcerias com as 20 juntas de freguesia do concelho foi uma das prioridades anunciadas por Carlos Miguel durante a sessão de apresentação da sua recandidatura à presidência da Câmara Municipal de Torres Vedras, que decorreu no passado dia 18, na Expo Torres, com a presença do coordenador autárquico do PS, Jorge Coelho. Carlos Miguel salientou a "colaboração muito forte" da Câmara com as juntas de freguesia do concelho, através da celebração de protocolos que permitiram a transferência em 2004 de 2,889 milhões de euros para investimento, enquanto só no primeiro semestre de 2005 estas verbas já atingiram 3,340 milhões de euros.



Também as parcerias com as juntas nas áreas da recuperação urbana, equipamento básico, cultura, educação e desporto foram postas em relevo pelo candidato socialista. "Fazer equipa com todas as juntas é um caminho para continuar", disse.

Carlos Miguel não poupou também críticas aos "adversários mais directos", que acusou de terem "uma postura pouco séria com cartazes demagógicos, que não são verdadeiros".

Referindo que a sua palavra de ordem é "confiança no futuro", o candidato socialista apontou como uma das "referências" para o próximo mandato, caso seja eleito, a construção do mercado municipal, através de uma "solução económica do ponto de vista financeiro", que passa pela afectação de receitas futuras relacionadas com a energia eólica instalada no concelho. Outra das "referências", acrescentou, é a concretização do IC-11 no seu traçado original, uma obra que considerou "vital para o interior do concelho e o tecido empresarial". Para esta obra que "tarda em ser adjudicada", Carlos Miguel pediu "a ajuda" de Jorge Coelho no Parlamento.

Na sua intervenção, Carlos Miguel lembrou ainda a "ligação histórica" do PS à gestão do município desde 1976, pondo em evidência o trabalho desenvolvido nestes 30 anos pelos socialistas à frente dos destinos da autarquia.

J.C.C.B.

AMARANTE

CÂMARA ATRIBUI MAIS HABITAÇÕES SOCIAIS

No âmbito da aposta que vem fazendo em políticas sociais pró-activas, nomeadamente garantindo o direito à habitação consagrado na Constituição, a Câmara Municipal de Amarante procedeu no passado dia 14 de Julho à entrega de habitações sociais a famílias de fracos recursos económicos do concelho.



Os novos fogos, que reúnem todas as condições de conforto e habitabilidade, situam-se nas urbanizações de Bouça de Pombal e de S. Lázaro e ainda no Bairro do Barracão.

O contratos foram celebrados pelo prazo de um ano com início no dia 1 de Agosto de 2005, sendo sucessivamente renovados por iguais períodos. O regime de locação é o de renda apoiada, cujo valor será calculado de acordo com os rendimentos mensais do agregado familiar.

Entretanto, a Câmara Municipal de Amarante prevê reunir todas as condições para proceder à entrega de mais habitações sociais no próximo mês de Setembro.

SINTRA

JOÃO SOARES DÁ PRIORIDADE AO POLIS DO CACÉM

O Programa Polis em Aigualva-Cacém será uma prioridade se o PS ganhar as eleições autárquicas, garantiu no dia 18 o candidato socialista à Câmara Municipal de Sintra, João Soares.

"É uma aposta fundamental pôr este projecto a andar em termos capazes, cumprir horários, cumprir calendários, assumir compromissos da Câmara, porque alguns estão atrasados no que diz respeito a compromissos financeiros", adiantou João Soares no final da visita que efectuou às obras do Programa Polis.

O candidato socialista à Câmara de Sintra disse não querer "fazer campanha pela negativa", mas sim pretender apresentar



os seus projectos ou identificar-se com projectos realizados noutros momentos, mas que já trazem a "autonomia

identificável" do PS como é o caso do Polis do Cacém.

No entanto, não deixou de sublinhar o que "disseram os responsáveis pelo Polis quanto à ausência das participações financeiras que a Câmara estava obrigada a fazer, limitando-se a cumprir o que devia em matéria de capital social", o que, segundo João Soares, explica alguns atrasos na condução deste processo.

O candidato do PS, que se identifica "totalmente" com o projecto, adiantou ainda que pretende descentralizar alguns dos serviços camarários e construir "uma grande loja do cidadão" e uma "âncora comercial", "tipo loja FNAC", que estimule e dinamize o comércio local.

POIARES

ANTÓNIO MIGUEL PRETENDE PROMOVER A CIDADANIA E ACABAR COM O MEDO

Um novo modelo de gestão por objectivos, rigoroso, transparente e participado, com respeito por todos os poiarenses é a prioridade de António Miguel para "acabar com o medo" e o "quero posso e mando" que tem caracterizado os 31 anos de domínio do PSD na Câmara Municipal de Poiares. Uma nova atitude que considera fundamental para criar as condições para um "verdadeiro desenvolvimento em benefício das pessoas".

Falando no dia 9 de Julho na sessão de apresentação da sua candidatura ao município de Poiares, que contou com a presença dos camaradas Pedro Silva Pereira, António Campos, Fausto Correia, Henrique Fernandes e Vítor Baptista, entre outros, o camarada António Miguel denunciou que "o espírito do 25 de Abril, o espírito da liberdade, da fraternidade, do respeito pelo indivíduo,



da transparência, ainda não existe em Poiares".

Isto o porque, adiantou, o presidente da Câmara do PSD, Eugénio Soares, criou ao longo dos anos "uma enorme teia de interesses" assente no "caciquismo" em que as pessoas "têm medo de falar".

Por isso, "há já uns anos que Poiares está bloqueado, não consegue fazer

mais do que obras de fachada 'para inglês ver' e não encontrou um caminho de desenvolvimento", disse, apontando como exemplo paradigmático o facto de ao fim de 30 anos não existir "uma única Estação de Tratamento de Águas Residuais", bem como "uma rede de saneamento básico digna desse nome". Na sua intervenção perante centenas de apoiantes, o candidato socialista denunciou ainda "o crime ambiental" na ribeira de Poiares, que está a receber todos os resíduos industriais, contaminando o rio Mondego.

Para se "sair do beco em que Poiares se encontra, tal só é possível com a articulação de todos sem excepção, combatendo a impunidade estabelecendo a responsabilidade", defendeu, sublinhando que cabe aos poiarenses a escolha: "Ou querem mudar e apostar na minha proposta, ou querem manter a estagnação e a humilhação".

J.C.C.B.

GUIMARÃES

ANTÓNIO MAGALHÃES ANUNCIA CRIAÇÃO DE UM LABORATÓRIO MUNICIPAL DA INOVAÇÃO

A criação de um laboratório da inovação, de âmbito municipal, a ser gerido por um jovem cientista e investigador vimaranense, é a primeira grande aposta anunciada pelo candidato do PS às próximas eleições autárquicas.

Trata-se de um projecto que o actual presidente da Câmara de Guimarães, António Magalhães, se compromete implementar no próximo mandato e que passa pela criação de um espaço onde possam ser acolhidos todos aqueles que desenvolvem trabalhos de investigação na Universidade, mas que não possuem meios, nem condições, para



impulsionar a fase final desses projectos. "Não vamos prescindir dos apoios que vimos concedendo, tentaremos mesmo aumentá-los, pois não queremos perder o comboio da modernidade", afirmou o candidato socialista.

O Avepark foi apontado como o local ideal para a implementação desta iniciativa, mas existem outras propostas alternativas, tais como a utilização de uma antiga unidade fabril desactivada. O resultado deste trabalho pode culminar, segundo António Magalhães, numa feira anual da inovação, a realizar na cidade.

J.C.C.B.

DEBATE SOBRE O FUTURO DE ALMADA

O EMPREGO SERÁ A PRINCIPAL APOSTA DO PS

O concelho de Almada precisa de uma nova equipa na Câmara Municipal. A evidência ficou demonstrada na Costa de Caparica durante o encontro promovido pela candidatura socialista. Foram apresentadas alternativas e soluções novas para velhos problemas. A arrogância e a auto-satisfação dos actuais responsáveis camarários foi outro dos pontos abordados nesta reunião, que gerou um largo consenso em volta do candidato socialista.

A candidatura de Alberto Antunes, cabeça-de-lista do Partido Socialista à Câmara Municipal de Almada, organizou num hotel da Costa de Caparica um debate sobre emprego, desenvolvimento económico e coesão social. Sala cheia, numa tarde de intenso calor, para assistir, pela voz de diversos oradores convidados, às muitas propostas do PS para este município da margem sul do Tejo.

Desde cedo que se pôde constatar que o painel reunia consenso sobre um conjunto de críticas à gestão da actual equipa municipal. Durante mais de três horas, responsáveis políticos, militantes, simpatizantes e o muito público, que sem qualquer filiação partidária se quis associar a esta iniciativa, foram unânimes em colocar a tónica nas alternativas defendidas pelo PS para que o concelho de Almada seja alvo de diversas acções, de carácter político e técnico, que possam ajudar a inverter, num curto espaço de tempo, o que hoje é uma evidência para todos: o concelho de Almada é dos mais atrasados e abandonados em termos de desenvolvimento da Área Metropolitana de Lisboa. Como foi referido pelo candidato do PS à Câmara Municipal, Alberto Antunes, o município tem vindo a sofrer, ao longo dos últimos anos, um acentuado envelhecimento populacional, "muito por culpa das más políticas camarárias", cenário a que se deve adicionar, como referiu, o facto de a indústria praticamente ter deixado de existir, a ocupação do território estar a ser efectuada de forma casuística e ao sabor da especulação imobiliária. O turismo e a indústria que lhe está associada, constituirá outra das preocupações da futura equipa camarária dirigida pelo PS, já que representa, como recordou Alberto Antunes, "um dos sectores económicos que mais importantes riquezas poderão trazer ao concelho", e que é sistemática e propositadamente atirada para o esquecimento pelos actuais responsáveis autárquicos.

É por tudo isto, referiu ainda Alberto Antunes, que a primeira e principal preocupação da Câmara de Almada, "quando o PS ganhar as próximas

eleições de Outubro", será focalizada numa aposta forte na criação de emprego, "que constituirá a principal proposta dos socialistas". Tudo o resto, disse, "terá que subordinar-se e ter como elemento enquadrador esta preocupação permanente".

A prossecução deste desígnio, frisou, assenta em três eixos estratégicos: a qualificação do território, valorização dos recursos humanos e o esforço de atracção de investimentos qualificados, designadamente na área da inovação e das novas tecnologias.

A ligação do tecido empresarial à universidade é outro dos objectivos principais que o PS se propõe empreender como afirmação de um modelo de desenvolvimento com os olhos postos no futuro.

Áreas como o ensino técnico-profissional, a criação de um "arco digital" entre o Madan Parque, "que se deseja ampliado" e o Tagus Parque em Oeiras, o programa Polis, o projecto da Margueira, a criação de infra-estruturas destinadas à instalação de unidades de investigação e desenvolvimento, fazem igualmente parte de um programa ambicioso que pretende romper com o estigma de Almada ser a "Reboleira do Sul", e alcançar um padrão de excelência para todos os que habitam ou trabalham neste concelho.

A orla marítima está abandonada

Para Diogo Madeira, economista e um dos oradores deste encontro, o atraso em que Almada se encontra mergulhada, resulta, em sua opinião, de aspectos tão diversos como, entre outros, do "pouco ou nenhum cuidado despendido pela autarquia em relação ao ordenamento da orla marítima", que se encontrar como referiu, "exactamente no mesmo estado como há 25 anos", com todas as consequências que esta situação acarreta para a necessária e urgente consolidação económica e social do município. A ausência de um efectivo e sólido planeamento do território foi, aliás, o aspecto mais evocado por este orador para se poder compreender, como disse, o estado em que se encontra, em sua



opinião, o concelho de Almada. Na sua perspectiva, a gestão municipal tem sofrido de dois males principais: por um lado, uma péssima estratégia ao nível do planeamento urbanístico, que faz de Almada, dentro da AML, um dos piores exemplos no que respeita ao arranjo urbano e ao planeamento urbanístico, e, por outro lado, a constatação de uma ausência de políticas direccionadas para o turismo, que, como também referiu, constitui, "ou devia constituir", um dos sectores com maiores potencialidades e sobre o qual nada ou praticamente nada tem sido feito pelos responsáveis municipais.

A opção, como também foi sugerida por este participante, tem ido na direcção menos aconselhável. Ou seja, nada fazer sempre que implique trabalho conjunto com o poder central, limitando-se a autarquia a gerir o dia-a-dia e quase sempre "longe do que seria minimamente desejável".

A criação de novos empregos foi também assunto abordado. Para Diogo Madeira, o concelho de Almada reúne um conjunto de vantagens comparativas que importava potencializar. Haveria, como referiu, que criar rapidamente as necessárias condições, nomeadamente através de novas zonas industriais, para que este município pudesse receber, num relativo curto espaço de tempo, um conjunto apreciável de novas unidades industriais, "recorrendo, por exemplo, à deslocalização de empresas que aqui poderiam encontrar melhores condições de laboração", ajudando, em simultâneo, a combater os elevadíssimos índices de desemprego que se registam entre a população activa do concelho de Almada.

O emprego foi outro dos temas

abordados, cabendo a Francisco Madelino, um economista especialista nesta área, referir que a Câmara Municipal de Almada muito poderia ajudar, "se quisesse", a limitar os efeitos que o flagelo do desemprego está a causar à população do município. Na opinião deste especialista, os responsáveis da Câmara de Almada são dos que menos têm feito por esta problemática em toda a Área Metropolitana de Lisboa, assumindo-se o concelho de Almada como o que menos emprego ajuda a criar.

Inverter este cenário afigura-se para Francisco Madelino como uma tarefa que terá de caber a outra gestão autárquica, uma vez que esta "já demonstrou que não está para aí virada".

A aposta terá que ser no ensino pré-escolar

Paulo Pedroso, outro dos oradores convidados, referiu que o trabalho infantil constitui um problema "que esta câmara não soube ou não quis irradiar". E a razão porque isto está a acontecer, como também afirmou, é porque o concelho de Almada passou de um território onde a construção naval era a sua imagem de marca, para um município onde a única alternativa de emprego é a restauração. Estamos num concelho, disse, "onde ou se arranja emprego num café, ou se tem que sair daqui para trabalhar". Para Paulo Pedroso, o Executivo municipal pode caracterizar-se por se limitar a uma gestão de "serviços mínimos", empurrando para o poder central todos os problemas com que se tem defrontado. O resultado, como sublinhou, é que o concelho de Almada está paralisado, sem perspectivas de

futuro, cenário que se manterá, "se entretanto nas próximas eleições de Outubro o eleitorado não ajudar a mudar a presente situação".

Reconhecendo que muita gente procura habitação no concelho, sobretudo pela relação qualidade/preço, Paulo Pedroso lembrou que este facto não pode nunca reflectir qualquer mérito por parte da gestão camarária, "mas muito pela vizinhança de Almada em relação a Lisboa".

Para este ex-ministro, a coesão social é outro dos factores que terão de ser levados em conta num gestão camarária moderna e eficiente. Com uma população onde cerca de 45 por cento tem menos de 35 anos de idade, a aposta da câmara municipal terá que passar em larga escala, como defendeu, "por um olhar sério em relação ao pré-escolar e pelo primeiro ciclo do ensino básico", porque só assim, disse, "estaremos no caminho certo para uma verdadeira coesão social". Infelizmente, como lembrou, no "concelho de Almada muito está ainda por fazer, nesta, como em muitas outras áreas".

Também em relação aos muitos bairros degradados ainda existentes, Paulo Pedroso afirmou que a Câmara de Almada "nada tem feito para alterar esta realidade", parecendo até, como referiu, "que está à espera que outros resolvam uma responsabilidade que é sua". Há hoje conhecimentos técnicos suficientes "e até exemplos" para que se possam integrar esses bairros na cidade, "dando-lhe carácter e vivência", mas sem os afastar do convívio da restante população. Até parece, ironizou, "que a Câmara Municipal de Almada gosta do que vê, apostando no quanto pior melhor..."

VALONGO

MARIA JOSÉ AZEVEDO INICIA "CAMINHADA VITORIOSA"

Tirar Valongo da "cauda" da Área Metropolitana do Porto, abrindo uma "nova etapa de desenvolvimento e de afirmação do concelho", é o objectivo central da candidata socialista à presidência da autarquia local, Maria José Azevedo.

Apostada em vencer o que descreve como o combate político da sua vida, a candidata do PS afirma-se "com vontade, coragem e determinação" para lutar sem tréguas por uma melhoria efectiva da qualidade de vida das populações locais, uma meta que se traduz — segundo sublinhou durante a sessão pública de apresentação da sua candidatura — na implementação de políticas autárquicas que coloquem as pessoas no topo das prioridades.

Ao intervir no passado dia 25 de Junho, numa sessão que reuniu centenas de apoiantes e destacadas figuras da vida pública na Praça da Estação de Ermesinde, Maria José Azevedo manifestou-se defensora de uma gestão camarária humanizada, denunciando de imediato exemplos do que em contrário tem sido feito pelo actual Executivo do PSD ao construir uma biblioteca municipal num descampado, "longe dos locais onde as pessoas vivem e trabalham e as crianças e jovens estudam".

Assim, como primeira medida a tomar caso vença as eleições de 9 de Outubro, a candidata socialista vai "garantir a manutenção de uma biblioteca aberta no centro do concelho", independentemente de continuar a existir um espaço de leitura periférico e alternativo.

Maria José Azevedo criticou depois o alheamento com que a gestão municipal tem encarado a questão do abandono escolar, comprometendo-se a apresentar "um conjunto de medidas concretas de iniciativa da Câmara Municipal com vista a combater este grave problema" que mina — conforme frisou — as legítimas aspirações de competitividade e desenvolvimento sustentado no concelho.

Após destacar a importância da qualificação dos recursos humanos na dura batalha a travar contra o desemprego, a camarada Maria José Azevedo afirmou-se determinada em promover uma acção concertada entre poder local e central, visando incentivar a criação de postos de trabalho em Valongo mediante o estímulo à fixação de empresas que deles sejam potenciais geradoras.

No capítulo das políticas ambientais, a candidata socialista assegurou que com uma vitória do PS nas próximas eleições "os rios Leça e Ferreira deixarão de ter o aspecto de degradação que apresentam". "Daremos os passos necessários para, em parceria com concelhos vizinhos, proceder à despoluição fluvial e dar vida às margens, criando espaços de lazer que possam ser utilizados por todos", disse (ver caixa).

Manifestando preocupação pelo mau estado em que se encontram as ruas do concelho, pela falta de áreas verdes nas zonas urbanas, pelo desordenamento do território, pela "confusão do trânsito" e ainda pelo défice de práticas desportivas em Valongo, Maria José Azevedo mostrou-se pronta a bater-se por uma melhoria da qualidade de vida dos municípios.

Quanto ao dossiê da mobilidade, avançou com o projecto de dotar o concelho de uma rede de transportes públicos que assegurem as ligações entre as freguesias e obedeça a "uma lógica que não seja apenas a de servir os concelhos vizinhos".



"Mudar é bom"

No breve e negativo balanço que fez da gestão municipal que há 12 anos leva o cunho laranja, a candidata do PS criticou a falta de iniciativa que a autarquia evidenciou no processo de localização do Centro Materno Infantil, uma valência de saúde especializada e programada para servir o Norte do país.

Maria José Azevedo vincou a necessidade de avançar com o projecto — que já regista vários adiamentos —, propondo que a construção desta unidade hospitalar seja feita em Valongo, junto ao nó da auto-estrada, uma vez que, vincou: "Será mais fácil chegar aqui, independentemente do lugar de onde se venha, que entrar no interior da cidade do Porto".

Citando declarações do actual presidente

da Câmara, Fernando Melo, em que este reconhece existir "cansaço no Executivo" e a "instalação de pequenos poderes paralelos", a candidata realinou com força o slogan da sua campanha: "Mudar é bom". A cabeça-de-lista do PS garantiu também que vai afirmar-se pela diferença.

Será uma "candidatura de ruptura" que vai "puxar pelos aspectos identitários de cada freguesia", prometeu, demonstrando grande capacidade de mobilização ao congregar em torno do seu projecto muitas figuras de relevo que a acompanharão na sua carreira jornalística e no desempenho da actividade autárquica, na Câmara Municipal do Porto.

Perfil de excelência

Na abertura do comício de apresentação

UM PARQUE NAS MARGENS DO LEÇA

Com o objectivo de requalificar a paisagem que compreende as margens do rio Leça, numa área envolvente de cerca de 900 metros, junto à ETAR de Ermesinde, a candidata do PS à presidência da Câmara de Valongo Maria José Azevedo propõe-se criar um parque com cerca de 23 hectares.

O projecto inclui, segundo anunciou no passado dia 19 de Julho, percursos pedonais e de bicicleta, praia fluvial, um número museológico instalado numa antiga azenha, áreas desportivas, zona de merendas e um pequeno açude amovível, para elevar as águas do rio e permitir assim que os visitantes

possam nadar, pescar ou navegar em pequenas embarcações. O estudo preliminar desta obra — um projecto assinado pelo arquitecto Virgínio Moutinho — foi apresentado por Maria José Azevedo no âmbito da sua candidatura autárquica e a execução da mesma implica um investimento de aproximadamente 1,5 milhões de euros.

Para quem encara as questões do ambiente como as "pedras de toque" da alternativa socialista para o concelho, a ideia é viável e será para executada num período superior a um mandato autárquico.

M.R.

MARY RODRIGUES

LOULÉ

VÍTOR ALEIXO PROMETE GESTÃO RIGOROSA

Uma nova gestão socialista, a partir de Outubro, será "contida" e "rigorosa" nos gastos dos dinheiros públicos, garantiu Vítor Aleixo, no jantar de apresentação da sua candidatura à presidência da Câmara Municipal de Loulé, que contou com a presença de António Vitorino, Jamila Madeira e Miguel Freitas, entre outros.

Falando no salão de exposições do NERA perante mais de mil apoiantes, Vítor Aleixo afirmou que irá "porfiar na reinstalação da PSP na cidade de Loulé, na construção ou ampliação e na melhoria significativa — conforme os casos — das instalações da GNR em Alamancil, Quarteira e Salir, entre outras

medidas que serão apresentadas no nosso Contrato para quatro anos".

Neste âmbito, adiantou que irá apresentar um programa específico para a segurança dos cidadãos.

O candidato do PS referiu ainda que se existe área "a necessitar de alterações no próximo quadriênio" é a máquina técnico-administrativa da Câmara Municipal de Loulé. É que, explicou, "os padrões de exigência dos cidadãos, clientes da administração local, são cada vez maiores e não se compadecem com procedimentos antiquados, altamente burocráticos e nada transparentes, que retiram competitividade à economia do concelho".



Preocupado com o estado em que se encontra o interior do concelho, que "continua com os mesmos problemas

de envelhecimento da população, de quebra da actividade económica e, ainda, para cúmulo de tudo isto, o flagelo dos incêndios, que constituem a outra face da desertificação humana", Vítor Aleixo considerou que a revisão do PDM, que se iniciará em breve, constituirá "a oportunidade de ouro para inverter esta situação calamitosa".

Por outro lado, o candidato socialista apontou baterias contra o clientelismo instalado na Câmara de Loulé. "Com o actual Executivo voltámos aos velhos tempos do puro clientelismo político. Está primeiro quem é amigo, familiar, ou do PSD em estado de graça. Os outros que esperem".

Para Vítor Aleixo, "é esta visão ultrapassada, injusta, prepotente, nepótica e arrogante, de gerir uma câmara, que tem que ter um fim".

A terminar a sua intervenção, o candidato do PS não quis deixar de dirigir uma "palavra de esperança" para os mais humildes e carenciados do concelho, referindo que "compreende as razões da indiferença" destes sectores da população para com o trabalho da Câmara de Loulé, já que em quatro anos as medidas anunciadas "não passaram do papel". Segundo Vítor Aleixo, "uma estratégia sectorial seria necessária e ela, pura e simplesmente, com este Executivo não existe".

J.C.C.B.

GAIA

BARBOSA RIBEIRO ESTÁ DETERMINADO A VENCER O DESAFIO AUTÁRQUICO



Confiante na vitória, Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro, candidato do PS à presidência da Câmara de Vila Nova de Gaia, afirma-se pronto a encetar um novo ciclo político no concelho, sublinha a necessidade urgente de mudança, apontando os sinais de descontentamento das populações locais, e critica ainda a coligação PSD/CDS-PP por ter instrumentalizado a gestão autárquica para projecção de um só homem.

“Os gaienses estão desiludidos e sentem que a actual gestão municipal é um tremendo embuste, que promete muito, que ilude muito mais, mas que na realidade fez muito pouco”, acusou Barbosa Ribeiro, perante meio milhar de apoiantes que se reuniram no Hotel Melia de Gaia, no passado dia 17 de Junho, na sessão pública de apresentação da sua candidatura.

Numa referência directa à arrogância do seu principal adversário político nestas eleições locais, o candidato socialista lembrou que “em democracia não há vencedores antecipados”, defendendo de seguida que, “até à contagem do último voto, é tempo para acreditarmos que vamos vencer este desafio, muito trabalhoso, mas muito gratificante”.

Homem de “profundas convicções”, o camarada Barbosa Ribeiro confessou-se incapaz de virar as costas ao desafio e à honra de dar a cara pelo PS em Gaia.

“Estou neste combate apostado em ganhar”, afirmou, merecendo uma forte salva de palmas da assistência – maioritariamente composta por jovens –, assegurando que está preparado para “um combate frontal, duro, vivo, mas esclarecedor e travado com dignidade e elevação”.

Apostado em “pôr termo ao ilusionismo e ao populismo rudimentar que todos os dias é praticado em Gaia”, o candidato do PS criticou fortemente Luís Filipe Menezes por implementar uma gestão maquiavélica, que não olha a meios para atingir os seus fins.

“Sei que esta campanha vai alertar a consciência dos gaienses, fazendo-os despertar do estado de ostracismo político e social em que se encontram, levando-os a concluir que o concelho de Gaia é o único meio de projecção política de um homem”, denunciou, acusando depois o autarca de direita de hipotecar “assustadoramente” o futuro do concelho ao agir “sem estratégia, sem planeamento financeiro e sem respeito pelas finanças municipais”.

Segundo Barbosa Ribeiro, que é vereador do PS na Câmara de Gaia, “a presidência de uma autarquia exige ser exercida a tempo inteiro, com alegria e com uma enorme vontade de servir a causa pública”.

Considerando, mais uma vez, que a vitória eleitoral está ao alcance dos socialistas, Barbosa Ribeiro sublinhou no entanto que, “para que tudo se torne realidade, temos de arregaçar as mangas e trabalhar muito”, avançando de seguida com as medidas que pretende implementar no concelho (*ver caixa*).

Prioridade de primeira linha, segundo frisou, será o combate cerrado ao desemprego, que afecta 25 mil gaienses, muitos deles no limite da pobreza, chegando inclusivamente a passar fome. Apelando ao voto de confiança na alternativa socialista que encabeça, o candidato afirmou conhecer os

problemas do concelho, bem como as suas potencialidades, pelo que não hesita em lançar o repto para um novo ciclo político em Gaia, alicerçado na verdade e na vontade “férica” de servir o concelho.

Novo Centro Hospitalar será uma realidade

Na apresentação pública da candidatura socialista à liderança do Executivo Municipal de Vila Nova de Gaia, em que marcaram presença, entre outros, Francisco Assis (líder da Federação PS/Porto), Pedro Nuno (secretário-geral da JS), Zélia Matos (presidente da Comissão de Honra da candidatura de Barbosa Ribeiro), Miguel Miranda (mandatário), Ricardo Costa (mandatário para a Juventude), Manuel Gil (director de campanha), Correia de Campos, titular da pasta da pasta da Saúde, focou a requalificação dos centros de saúde localizados no concelho, em especial o de Oliveira do Douro, Carvalhos e Arcozelo, sublinhando a importância dessas intervenções.

Depois de manifestar confiança total nas capacidades de Barbosa Ribeiro para dirigir os destinos da autarquia, o ministro focou ainda, durante o seu discurso, o flagelo do desemprego, que em Gaia regista a maior taxa nacional, e os problemas sociais das cidades periféricas da Área Metropolitana do Porto, considerando essencial votar no projecto socialista para dar uma alternativa de desenvolvimento ao concelho

M.R.

DEZ MEDIDAS COM PRINCÍPIOS

- Harmonização de políticas municipais com estratégias empresariais que promovam a criação de emprego:
 - Lançar, em sintonia com o Governo, programas de promoção de emprego
 - Construir os Parques Industriais de São Felix da Marinha e Perosinho/Serzedelo
 - Incentivar a criação de empregos através da agilização de processos burocráticos e com a redução das taxas dos impostos municipais
- Aposta forte nas políticas de acção social:
 - Apoio às Associações de Solidariedade Social
 - Estimular o apoio domiciliário à terceira idade e aos deficientes
 - Reforçar o combate à toxicod dependência, à delinquência, à exclusão social, à pobreza e ao insucesso escolar
- Reforçar a atenção ao associativismo:
 - Dinamizar colectividades de desporto, recreio e cultura, apoiando-as financeiramente na aquisição de infra-estruturas e equipamentos, bem como nas suas actividades)
- Dar prioridade às políticas de reabilitação urbana:
 - Criar a Sociedade de Reabilitação Urbana de Gaia com vista à recuperação do centro histórico da cidade, bem como de outros aglomerados urbanos degradados
- Urbanismo de rigor e qualidade:
 - Cumprir o Plano Director Municipal (PDM)
 - Substituir a empresa municipal Gaiurb por uma Direcção Municipal de Urbanismo
 - Reformular todas as outras empresas municipais
 - Suavizar as taxas de urbanismo, adaptando-as à realidade do concelho
- Nova dinâmica para as acessibilidades:
 - Construir vias longitudinais
 - Requalificar vias urbanas e rurais
- Imprimir uma nova força às políticas de Saúde e Segurança Social:
 - Lutar pela construção de um novo hospital
 - Exigir do Governo centros de saúde com qualidade e melhores recursos (materiais e humanos) para atendimento ao público
- Uma nova estratégia para a juventude:
 - Reforça a aposta na educação, no ensino, na cultura, na qualificação, na inovação e nas novas tecnologias
- Potenciar as qualidades turísticas e estratégicas de Gaia:
 - Apostar na melhoria da qualidade de vida das populações
 - Promover o investimento de agentes turísticos
 - Valorizar a frente de rio e o interior do concelho, para além da frente de mar
 - Concluir a rede de saneamento e promover a ligação de todas as habitações à rede pública
 - Abolir a taxa de disponibilidade de saneamento, uma vez que este valor tem influência directa no preço da taxa de saneamento e do lixo
- Imprimir rigor, transparência e verdade à actividade municipal, às finanças camarárias e empresas do município.

M.R.

MANUEL DOS SANTOS É CANDIDATO DO PS À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Entretanto, no passado dia 15, foi apresentada publicamente a candidatura do eurodeputado socialista Manuel dos Santos à presidência da Assembleia Municipal e conhecidos os rostos do PS que disputarão a liderança das 24 juntas de freguesia do concelho: José Rebelo (Afurada), Manuel Oliveira Guedes (Arcozelo), Mário Gomes (Avintes), Vítor Canastro (Canelas), Manuel Gonçalves (Canidelo), Manuel Sousa Pereira (Crestuma), Rogério dos Santos Tavares (Grijó), Alcino Lopes (Gulpilares), António Conceição (Lever), Carlos Cidade



(Madalena), João Paulo Santos (Mafamude), Manuel Azevedo (Olival), Eduardo Vítor (Oliveira do Douro), Antero Costa (Pedroso), Laurentino Costa (Perosinho), Manuel Sousa Couto (Sandim), Paulo Lopes (Santa Marinha), Nuno Leite (S. Felix da Marinha), Pedro Maia (Seixezelo), António Magalhães (Sermonde), Alfeu Manuel Leite Santos (Serzedo), António Ferreira (Valadares), Hélder Alberto Pereira Gonçalves (Vilar do Paraíso) e Manuel Monteiro (Vilar do Andorinho).

M.R.



PARA ALÉM DA TECNOLOGIA

Como é que se estimula uma pessoa que nunca usou um computador a fazê-lo pela primeira vez? Como é que quem nunca usou a Internet pode realmente valorizar a sua importância para a educação dos seus filhos? Aqui há um espaço amplo para inovar, para encontrar novas formas de tornar estas ferramentas tecnológicas utilizáveis por quem não as conhece, adoptando novas formas de comunicar e de ensinar.

Falar em sociedade do conhecimento não é só falar na tecnologia necessária para se aceder de forma cada vez mais rápida e flexível à Internet. A sociedade do conhecimento só existe se um número cada vez maior de pessoas conseguir utilizar essa tecnologia para aprender e comunicar. Por isso é para além da tecnologia que se pode revelar uma política de esquerda moderna, ao combater o risco que tantos portugueses correm de ser excluídos deste novo mundo...

Já passaram mais de cinco anos desde que Bill Clinton e Al Gore lançaram a iniciativa "From Digital Divide to Digital Integration" ("Da Separação Digital à Integração Digital"). O que essa iniciativa tinha de inovador não era procurar que todos tivessem acesso a um computador ou a uma ligação à Internet (nessa altura ainda se estava longe de falar na banda larga). A inovação estava na atenção que a Administração americana deu pela primeira vez ao sério risco de que grande parte da sua população corria de ficar segregada pelo simples facto de não saber utilizar as ferramentas informáticas que tinha ao seu dispor. A questão não era só dar acesso, era sobretudo ensinar a utilizar.

A exclusão digital tem muitas faces. A sua face mais evidente resulta de razões económicas, quando são incomportáveis para uma família os custos relativamente elevados de comprar um computador e de suportar a mensalidade do acesso à Internet. Esta forma de exclusão pode-se combater, através de benefícios fiscais ou da subsídio, garantindo coberturas mais alargadas e criando condições para a redução dos preços, como foi recentemente anunciado.



Outra face, porventura mais escondida, de exclusão da sociedade do conhecimento é um fenómeno de geração, já que uma parte significativa da nossa população cresceu sem que nem a informática nem a Internet fizessem parte da sua experiência de vida. Como é que se estimula uma pessoa que nunca usou um computador a fazê-lo pela primeira vez? Como é que quem nunca usou a Internet pode realmente valorizar a sua importância para a educação dos seus filhos? Aqui há um espaço amplo para inovar, para encontrar novas formas de tornar estas ferramentas tecnológicas utilizáveis por quem não as conhece, adoptando novas formas de comunicar e de ensinar.

Mesmo quem tem computador e acesso à Internet, estando por isso aparentemente incluído, pode limitar-se a utilizá-los como substitutos sofisticados da máquina de escrever, da consola de jogos e do marco do correio. Ainda não entrou no senso comum que as respostas para quase qualquer pergunta que se faça estão, de facto, disponíveis na imensa biblioteca em que a Internet se tornou. Basta saber encontrá-las. E aqui também há espaço para inovar, ensinando nas escolas como se pesquisa e encontra informação, integrando este novo recurso educativo no dia-a-dia dos alunos nas várias disciplinas, estimulando a sua curiosidade e a sua autonomia.

Tudo isto se passa para além dos monitores, dos teclados e das redes. Passa-se onde tudo é mais importante, junto das pessoas, no desenvolvimento das suas capacidades concretas para conhecer e utilizar os recursos que temos ao nosso dispor. Vai ser seguramente aí que se vai decidir a nossa competitividade nesta sociedade cada vez mais global e digital.



RUI GRILO

OPINIÃO

PROMOVER ESTILOS DE VIDA SAUDÁVEIS

Assinalou-se no dia 26 de Junho "O Dia Internacional de Luta contra o Abuso e o Tráfico Ilícito de Drogas".

A ONU contabiliza 200 milhões de consumidores.

Os lucros dos traficantes ascendem à riqueza produzida em 90 por cento dos países!

Ninguém, consciente, poderá ficar indiferente aos dados que a ONU nos dá a conhecer e por isso, a necessidade de recuperar a problemática da droga e da toxicodependência para a primeira linha das preocupações políticas. A importância do tema é por de mais evidente porque nos toca a todos na nossa vida quotidiana, no relacionamento com a família, com a escola, na saúde, nos hospitais, nos tribunais. Enfim, na rua e nos espaços urbanos! Teve um forte impulso nos governos socialistas, nomeadamente no XIV Governo com a Estratégia Nacional de Luta Contra a Droga (1999-2004); foi aí que foram lançadas as bases da descriminalização do consumo de substâncias estupefacientes. A oportuna medida da descriminalização do consumo, quando a quantidade de substância estupefaciente detida pelo consumidor não ultrapassa os limites quantitativos fixados na Lei(30/2000 de 29 de Novembro), não cria a presunção legal de intervenção no tráfico. Ainda que com o risco de pontuais aperfeiçoamentos, a descriminalização revestindo natureza juspsicológica, revelou-se oportuna, corajosa e não comporta riscos que justifiquem o nosso arrependimento!

Não nos esqueçamos o quanto foi receada, contestada, rotulada de perigosa e até objecto de demagogia política!

Aconteceu o mesmo com a troca de seringas, com o uso de drogas de substituição, medidas que hoje já praticamente ninguém discute. Acontece ainda o mesmo com a possibilidade de abertura de salas de injeção assistida. Vulgo "salas de chuto", com a troca de seringas nas prisões. De facto, porque não fazer também essa experiência. O que nos trava? Preconceitos? Resistências supostamente ético-sociais? Desprezemo-las, para que não continuem a constituir entraves a respostas eficazes aos grandes males. A criminalização e o proibicionismo, nascidos no ventre do hipócrita puritanismo americano, foram cúmplices da dimensão assumida pela droga ao longo do todo o século passado. Comprova-se, por cerca de 100 anos de história que a intervenção do Direito Penal, ao arripio do conselho de Beccaria apenas serviu para agravar e atrapalhar o problema social e sanitário em que a droga e a toxicodependência se traduzem.

Daí que talvez se justifique uma reflexão, ao mais alto nível, sobre as novas tendências da droga e da toxicodependência e as políticas que lhes respeitam.

A decisão do XV Governo de fundir num só Instituto todos os serviços e áreas de actuação em matéria de drogas, O Instituto da Droga e da Toxicodependência, bem como a coordenação das políticas ter passado para o Ministério da Saúde, veio introduzir um ruído iniludível na prossecução da Estratégia Nacional de Luta contra a Droga e uma desaceleração do ritmo de execução daquela estratégia. A verdade é que esta competência nunca foi claramente assumida nem valorizada pelo último titular da pasta da Saúde!

O Governo do Partido Socialista, no seu programa, retoma os grandes temas na linha do trabalho iniciado em 1999, pois no essencial a Estratégia permanece actual. Importa agora dar passos seguros. A descriminalização e a inclusão neste projecto da tripla dimensão preventiva. A elaboração de um Plano Nacional Contra a Droga e a Toxicodependência (2005-2012) que o actual Governo se propõe adoptar. O Governo apoiado por um grupo parlamentar empenhado na execução das suas políticas, conta com a inesti-



MARIA ANTÓNIA DE ALMEIDA SANTOS

O Governo do Partido Socialista, no seu programa, retoma os grandes temas na linha do trabalho iniciado em 1999, pois no essencial a estratégia permanece actual. Importa agora dar passos seguros

mável colaboração de João Goulão, novo presidente do Instituto da Droga e da Toxicodependência, que em recente entrevista ao "Diário de Notícias", afirmou com singular abertura e frontalidade algumas das áreas em que é preciso melhorar e inovar.

Na *prevenção primária*, na qual têm sido investidos apreciáveis esforços humanos e financeiros, tem sido demasiado moralista, pontual, centrada na diabolização das substâncias, ignorando que as drogas podem proporcionar prazer e que o maior risco é que se transformem no único prazer que o indivíduo consegue viver.

As drogas sempre existiram e vão continuar a existir e estão em expansão e mais aperfeiçoadas, não sendo ainda conhecidos os verdadeiros riscos do consumo das novas drogas. Também aqui a prevenção e a informação têm um longo caminho a percorrer que é preciso iniciar. Educar para a saúde e promover estilos de vida saudáveis. Difusão de informação rigorosa sobre as diversas drogas. A intervenção de profissionais, através das equipas de rua, em locais habituais de consumo.

Garantir articulação com as estratégias de prevenção do álcool, do tabagismo, e da sida de modo transversal, cumprindo mais um compromisso assumido no programa de governo.

No *tratamento e na redução de danos* criar condições para que todos os toxicod dependentes que se queiram tratar o possam fazer sem que isso possa contribuir para a estigmatização dos mesmos. Criar parcerias com outros serviços do Ministério da Saúde; com os serviços de Infecto-contagiosas, os centros de diagnóstico peunológico a título de exemplo.

Consideramos imprescindível que o acesso a todos os programas de tratamento se estenda ao meio prisional. (também esta medida se encontrava na estratégia e não foi concretizada.

Na *reinserção social* assistimos ao abandono total do programa vida-emprego sem vislumbrarmos nenhuma justificação e com consequências lamentáveis, Também o seu relançamento consta do programa de governo.

Muito há a fazer no cenário em que se movem os consumidores ocasionais e os já dependentes de drogas. O desinvestimento e as políticas erráticas dos governos da anterior maioria foram de tal ordem, que assistimos hoje ao crescimento de um problema que parecia estar em vias de ser controlado quando o Partido Socialista deixou o Governo.

BASÍLIO GARCIA QUANDO VIVER VALEU A PENA

Há quem pense e há quem diga que viver vale sempre a pena, até o poeta escreveu que "...vale sempre a pena quando a alma não é pequena..." e aqui reside a diferença: "...quando a alma não é pequena...". De facto, vale a pena quando a nossa viagem tem sentido, cumpre sonhos e objectivos e foi desta forma que o Basílio Garcia percorreu o seu caminho.

Todos os que tivemos o privilégio de o ter por amigo, colega e/ou camarada sabemos quanto perdemos ao vê-lo partir tão cedo, cedo de mais, para quem



sempre foi um exemplo a seguir na defesa dos valores da liberdade e do socialismo democrático. A força, a vitalidade, a disponibilidade permanente e o grande empenho com o qual todos podiam sempre contar eram a sua imagem de marca.

Por tudo isto e muito mais o PS em geral e a Secção PS-RTP, em particular, perderam um combativo militante, cuja militância é, e sempre será, uma referência para todos nós.

Nós perdemos um grande amigo.

EDITE ESTRELA/ROSABELA AFONSO

ENTREVISTA A CEIA DA SILVA

"POR PORTALEGRE POR TODOS"

A fixação de capital científico e tecnológico é o principal desafio que o candidato socialista a Portalegre pretende levar a cabo nos próximos quatro anos. Ceia da Silva inscreve também como prioritário na sua acção a solidariedade. Por isso, promete retirar a capital de distrito da triste situação de ser "o concelho com a pior rede social".

Em entrevista ao "AS", o candidato do PS à Câmara de Portalegre aponta o turismo como o motor de um novo desenvolvimento para a sua terra.

Quais as razões que o motivam a candidatar-se a presidente da Câmara de Portalegre?

O lema da minha candidatura é "Por Portalegre, por todos nós". Escolhi-o porque representa o meu maior desejo para o concelho, tornar Portalegre um concelho melhor e mais solidário, onde todos possam viver bem e com qualidade.

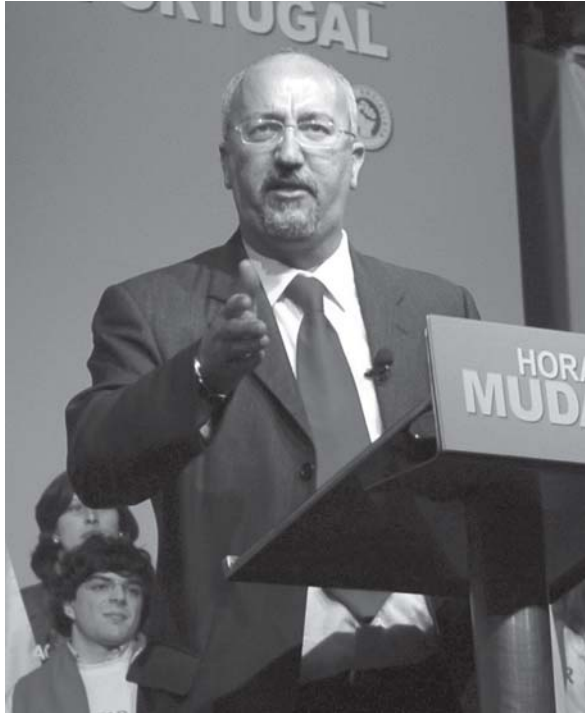
Quero que todos os portalegrenses, espalhados por esse Portugal, possam voltar à sua terra e encontrar um concelho desenvolvido, cheio de futuro e perspectivas.

Em que prioridades assenta o seu programa?

Elaborar um plano estratégico de futuro para o concelho de Portalegre 2006/2020. Devolver a Portalegre a sua verdadeira vocação de capital de distrito; dar apoio a Autores e Projectos, de forma a tornar Portalegre numa capital das Artes; promover a especialização científica e tecnológica, de modo a tornar Portalegre a capital das novas tecnologias; promover e criar centros de dia e centros comunitários para o acompanhamento dos mais idosos e dos que se sentem mais sós; facilitar o acesso à saúde, de modo a favorecer a melhoria das condições de vida no concelho; criar condições para que Portalegre passe a ser um importante pólo tecnológico do país; e, sobretudo criar emprego e fixar os jovens.

Quais os principais problemas com que se debate o concelho?

O concelho de Portalegre precisa de se modernizar e especializar. Ao longo dos últimos anos não se apostou no emprego, no apoio às empresas e na especialização da vocação de cidade. Os jovens continuaram a sair, não se fixaram novas empresas, perdeu-se emprego e fábricas com tradições seculares na cidade. Não se apoiaram os mais idosos e o concelho apresenta mesmo a pior rede



Nenhum concelho se desenvolve perdendo a sua maior riqueza: as pessoas e nós perdemos muita gente no último mandato

de apoio à terceira idade do distrito de Portalegre.

Para além disso, a requalificação ignorou por completo os bairros da cidade e as freguesias.

Que estratégia tem para contrariar a crescente desertificação deste município do interior do país?

Promover a especialização do concelho no campo das novas tecnologias, firmando Portalegre como pólo, não só formador, mas também fixador de capital científico e tecnológico.

Como pensa atrair o investimento, de que tanto o concelho carece, para se desenvolver e fixar a população?

A estratégia global da cidade tem que passar pela sua especialização e capacidade de se tornar competitiva em relação a outros centros urbanos.

Temos que ser os melhores e dotar o concelho de todas as condições para apoiar o investimento, criando um Gabinete de Apoio ao Investimento, com forte ligação ao ICEP e aos mercados externos potencialmente investidores na nossa área.

Sendo o turismo uma mais-valia do concelho, quais os instrumentos que preconiza para apoiar e potenciar esta indústria?

Dinamizar toda a área da serra de S. Mamede e do património, para juntar dois capitais irmãos o turismo cultural e de natureza, criando no concelho de Portalegre uma rede de novas estruturas de alojamento associados àqueles

produtos (exemplo: Quinta da Saúde e Clube de Ténis).

Como pensa promover a participação da população na tomada de decisão, no quadro de uma cidadania activa?

Já estamos a ouvir a população mas o que faz sentido é que a Câmara crie uma estrutura de diálogo permanente com a população ao longo dos quatro anos de mandato.

Pensamos assumir com força o gabinete do município mas criar o tornar Portalegre, com reuniões fundamentais de balanço, diálogo e cidadania do mandato autárquico.

Num concelho onde há bolsas de pobreza, que política pró-activa no âmbito social vai implementar para dar resposta a este grave problema?

Esta vai ser uma das nossas grandes prioridades.

Queremos em quatro anos que Portalegre, como referi, deixe de ser o concelho com a pior rede social do distrito e se posicione no lugar que justifica de capital de distrito com total apoio aos mais necessitados, através de implementação de um plano de intervenção social.

Que balanço faz da actual gestão camarária?

Esse balanço devem ser os cidadãos a fazê-lo. Entendo que nenhum concelho se desenvolve perdendo a sua maior riqueza: as pessoas e nós perdemos muita gente no último mandato.

OPINIÃO

AS GRANDES OPÇÕES DO PLANO E AS AUTARQUIAS

Neste cenário apertado o Governo PS não deixa, porém, de definir uma ambição de modernização e desenvolvimento de Portugal, com coesão social. Isto é, implementando novas políticas de justiça social ao mesmo tempo que aposta numa mudança progressista para o país assente na qualificação das pessoas e no crescimento da economia com base no conhecimento, na tecnologia e na inovação.



LUÍS PITA AMEIXA
ameixa@ps.parlamento.pt

As Grandes Opções do Plano (GOP) consubstanciam-se num documento político que plasma a estratégia de actuação do Estado e as grandes linhas de política para o período da legislatura em que nos encontramos.

Portanto, um plano de curto e médio prazos, para o período de 2005 a 2009.

O enquadramento de partida é difícil, como se sabe, com um cenário de crise económica, com crescimento muito fraco, e de crise financeira, com um défice orçamental e uma dívida pública fora dos parâmetros do pacto europeu de estabilidade e crescimento.

Neste cenário apertado o Governo PS não deixa, porém, de definir uma ambição de modernização e desenvolvimento de Portugal, com coesão social. Isto é, implementando novas políticas de justiça social ao mesmo tempo que aposta numa mudança progressista para o país assente na qualificação das pessoas e no crescimento da economia com base no conhecimento, na tecnologia e na inovação.

Para além disto estão anunciados, para breve, outros planos estratégicos políticos de médio e longo prazos, que terão repercussão nas várias partes do país, e nos vários sectores da Administração, designadamente o Programa Nacional de Implementação da Agenda de Lisboa, a Estratégia Nacional para o Desenvolvimento Sustentável, o Quadro de Referência Estratégica Nacional.

Este último e os outros irão balizar como e onde Portugal irá aplicar os fundos comunitários, no quarto ciclo de apoios europeus, que decorrerá de 2007 a 2013.

No que é do específico interesse das Autarquias Locais as Grandes Opções do Plano apontam, entre outros, os seguintes objectivos políticos a concretizar: novo regime de finanças locais; novo regime dos contratos-programa entre a Administração Central e Local; novo regime das empresas municipais e intermunicipais, das parcerias público-privadas bem como das concessões de serviços; novo quadro legal para as áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto; novo regime de criação, fusão e extinção de autarquias; novo regime de organização e funcionamento dos serviços autárquicos.

Mais ainda: revisão do regime do recenseamento eleitoral, automatizando a inscrição e extinguindo o cartão de eleitor que se integrará no Cartão Comum do Cidadão; e, por outro lado, no domínio da modernização da Administração Pública, estão previstos objectivos vários, entre os quais: reforço da formação contínua dos funcionários; introdução de concursos de boas práticas autárquicas; um programa de eliminação de licenças, autorizações e procedimentos desnecessários; desenvolvimento dos processos electrónicos de governação e de informação.

Em muitos outros campos se encontram objectivos e medidas de interesse autárquico, destacando-se, por exemplo: revisão do regime da Reserva Ecológica Nacional; estimular planos de ordenamento do território intermunicipais; programa de reforço da competitividade e atratividade das cidades, centrado no robustecimento dos sistemas urbanos regionais, visando o reforço do policentrismo, na base de projectos de cooperação entre cidades próximas; continuidade do programa Polis de requalificação das cidades; fortalecimento dos mecanismos de reabilitação e renovação urbana; dinamização do programa Agenda 21 Local de desenvolvimento sustentável e participativo; ultimar e qualificar as infra-estruturas básicas de abastecimento de água, tratamento de resíduos e saneamento; regulamentação e gestão de resíduos de construção e demolição.

Em suma, uma vasta agenda política que a maioria socialista deve cumprir e honrar até às próximas eleições legislativas, para modernizar Portugal e dar novos passos para uma democracia de qualidade.

LINHA DA BEIRA BAIXA

ELECTRIFICAÇÃO ESTARÁ CONCLUÍDA EM 2007

O primeiro-ministro anunciou que o Governo vai concluir dentro de dois anos a electrificação do eixo ferroviário entre Castelo Branco e a Guarda.

O investimento para a modernização desta infra-estrutura rondará os 150 milhões de euros, justificados, segundo José Sócrates, pela aposta do Governo do PS em não virar as costas ao interior.

O anúncio desta empreitada foi feito pelo próprio primeiro-ministro, na estação ferroviária de Castelo Branco, no decurso de uma viagem que efectuou à região, em que aproveitou para inaugurar as obras de electrificação da linha da Beira Baixa, num troço de 78 quilómetros entre Mouriscas e a capital de distrito.

Sócrates teve ainda ocasião para referir que a Refer já recebeu instruções no sentido de pôr a concurso e adjudicar os restantes trabalhos desta linha ferroviária, de modo a que, até 2007, o troço entre a Guarda e Castelo Branco fique totalmente electrificado.

Recorde-se que as obras que José Sócrates foi inaugurar a Castelo Branco — obras de electrificação do troço Mouriscas-Castelo Branco com 78 quilómetros —, representaram um investi-

mento público orçado em 75 milhões de euros. Estas obras tiveram o seu início em finais de 2001, e são um contributo, como referiu o primeiro-ministro, para permitir contrariar a "gradual secundarização" deste eixo ferroviário, que a continuar como estava, referiu ainda, "iria conduzir ao seu desaparecimento".

A esta inauguração esteve também presente a secretária de Estado dos Transportes, Ana Paula Vitorino, que na ocasião referiu que as obras previstas para o troço entre Castelo Branco e a Guarda, vão permitir rectificar o traçado existente, encurtando em cerca de 45 minutos a viagem, passando dos actuais 1h15 para 32 minutos. Quando os trabalhos estiverem totalmente concluídos, referiu ainda a secretária de Estado, a viagem entre Lisboa e Castelo Branco será reduzida em 20 minutos.

Além da electrificação da linha, quer do troço já executado, quer do que falta ainda fazer, a modernização compreende também a supressão de 48 das 57 passagens de nível existentes, a renovação das estações e a instalação de tecnologia a aplicar à sinalização e à comunicação.

R.S.A.



Desenvolver o interior tem sido um dos objectivos do PS. Sócrates promete levar a electrificação da rede da CP até a Guarda

REGULARIZE AS SUAS QUOTAS

As quotas do PS podem ser regularizadas das seguintes maneiras:

1. Depósito bancário em dinheiro ou cheque;

2. Transferência bancária

Conta: BCP-NOVA REDE

PS-QUOTIZAÇÕES - Nº 452 341 62873

NIB - 0033 0000 4523 4162873 05

Para as operações referidas em 1 e 2 é obrigatório indicar o nº de militante, no balcão onde as efectuar.

3. Pagamento através do MULTIBANCO da seguinte forma:

ENTIDADE 20132

REFERÊNCIA 0000... + N.º DE MILITANTE
(total de 9 dígitos)

MONTANTE

Quota normal: semestral - 12,00 eur; anual - 24,00 eur

Quota reduzida: semestral - 6,00 eur; anual - 12,00 eur

4. Pagamento junto da Secção, caso a Secção detenha Protocolo para o efeito.



Em caso de dúvida, contacte-nos pela

Linha Azul
808 201 695

CONCERTAÇÃO SOCIAL

ASSINADO ACORDO SOBRE NOVAS REGRAS DE MEDIAÇÃO DE CONFLITOS LABORAIS

O Governo socialista deu um passo importante para a dinamização da contratação colectiva ao conseguir, no passado dia 19, um acordo tripartido com a União Geral de Trabalhadores (UGT) e as confederações patronais sobre as primeiras alterações ao Código do Trabalho que visam o funcionamento de uma arbitragem na resolução de conflitos negociais.

Satisfeito com o resultado da reunião entre o Executivo e os parceiros em sede de concertação social — acordo que será objecto de discussão pública e votado no Parlamento — o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, congratulou-se por ter sido criada a possibilidade de recurso à arbitragem em caso de conflito ou impasse negocial e contra o vazio que podia resultar da caducidade das convenções colectivas de trabalho", disse o ministro à saída da reunião, lembrando de seguida que esta primeira revisão da legislação laboral, conseguida em apenas três meses, corresponde a uma promessa eleitoral do PS, consignada no programa de Governo.

Quanto ao facto da revisão do artigo 4º do Código (que estabelece o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador) ter sido remetida para daqui a cerca de um



ano, quando for feita a revisão global da legislação laboral, o titular da pasta do Trabalho sublinhou que não havia presentemente condições para avançar com essa negociação, manifestando, porém, a sua convicção de que, a prazo, também será possível chegar a acordo nessa matéria.

Recorde-se, a este propósito, que o princípio do tratamento mais favorável ao trabalhador estabelece que a lei laboral funciona como um palamar abaixo do qual patrões e sindicatos não podem negociar. Em causa está, pois, definir se a norma legal é neutra e as convenções colectivas podem decidir livremente (entendimento actualmente consagrado) ou se esta fixa um mínimo de direitos e que as

convenções só devem seguir o espírito do tratamento mais favorável.

A UGT, signatária do acordo, manifestou o seu aval a este princípio, admitindo porém que as alterações feitas em 21 artigos do Código do Trabalho "remedeiam a situação", indo ao encontro do que a central sindical dirigida pelo camarada João Prouça considera melhorar as condições da contratação colectiva. O facto de o Governo ter assumido o compromisso de rever o artigo 4º mais tarde foi também um motivo para a UGT ter aderido a este acordo tripartido. Por seu turno, os patrões consideraram que o consenso alcançado respeitou a sua proposta e resultou de um diálogo produtivo entre os parceiros.

ENTREVISTA A FERNANDA ASSEICEIRA

PROMOVER UMA CIDADANIA PARTICIPADA EM ALCANENA

A resolução dos problemas ambientais, o reforço das políticas sociais e a empregabilidade dos jovens do município constituem, para Fernanda Asseiceira, traves-mestras do desenvolvimento sustentado que pretende para Alcanena, concelho a que se candidata à presidência da Câmara.

A valorização das dez freguesias, como afirma nesta entrevista ao "AS", insere-se também na visão integrada do desenvolvimento global do concelho ao qual apresenta uma equipa competente, responsável e representativa de género.

Porque aceitou o desafio de liderar a lista do PS à Câmara Municipal de Alcanena?

Este desafio foi aceite com o sentido de responsabilidade cívica e política que uma decisão desta natureza exige. A Comissão Política Concelhia de Alcanena em articulação com a Federação Distrital de Santarém, entenderam ser eu a pessoa que reunia melhores condições para assumir este desafio. Em 2001 não voltei as costas ao PS quando perdemos as eleições e permaneci como única vereadora, numa câmara com maioria absoluta de um Grupo de Independentes. Em 2005 continuo a estar presente pelo PS e pelo concelho de Alcanena.

O que podem esperar os municípios do concelho da sua gestão à frente dos destinos da autarquia?

Os municípios podem esperar uma gestão baseada no rigor, na transparência, na participação e sobretudo com a responsabilidade de enfrentar os principais problemas que o concelho enfrenta. Com um novo ciclo de governação autárquica protagonizado com a minha candidatura, vamos reforçar a credibilidade do poder local, apostar nas políticas de desenvolvimento sustentado e promover uma cultura de inovação, de qualidade, de eficácia e de proximidade na relação com os cidadãos.

Quais as prioridades programáticas em que assenta a alternativa socialista que protagoniza para Alcanena?

Apresentamos quatro eixos prioritários de intervenção. Primeiro: dinamização da economia e a criação de emprego. Têm que ser estabelecidos sistemas de incentivos às principais indústrias existentes no concelho: curtumes e têxteis e criar condições de atração para a iniciativa empresarial, valorizando a situação geográfica do concelho em termos de acessibilidades, pela sua proximidade à A1 e A23. Segundo: promoção da qualidade de vida. Vamos preservar e melhorar as condições de vida dos cidadãos que habitam no concelho e daqueles que o utilizam para a prática das várias actividades económicas, sociais e culturais.

Prosseguiremos de forma activa e empenhada a qualificação e a infra-

estruturção do território, entendendo-o como um processo contínuo, que só está terminado quando todos os cidadãos tiverem acesso a condições de vida digna, em termos de acessibilidades, saneamento básico, acesso à saúde, à protecção social, à educação, à qualificação e à cultura. Assumimos a elaboração e implementação da Agenda 21 Local.

Numa estratégia de requalificação territorial, daremos particular ênfase à componente de reabilitação e recuperação de estruturas já existentes (habitação degradada, unidades fabris encerradas). Assumiremos uma nova ambição no uso dos instrumentos estratégicos de desenvolvimento, designadamente do Plano Director Municipal, indo para além da consagração de princípios gerais de ordenamento, e utilizando-os como instrumentos definidores de plataformas de convivência social, organização espacial e articulação institucional, no quadro do território e da sua relação com os territórios envolventes.

Terceiro: a dinamização da cultura e do conhecimento. Assumiremos uma atitude de apoio e dinamização da sociedade civil e do tecido associativo do concelho, visando mobilizar o maior número de municípios para a prática ou a fruição de actividades culturais, desportivas ou de partilha e aquisição de conhecimentos.

Apostaremos na promoção da sociedade da informação e do conhecimento, de forma inclusiva e como suporte duma estratégia de criação de novas oportunidades de desenvolvimento económico e social e de incremento da atractividade do território e da competitividade e eficácia das empresas e dos serviços nele instalados. Quarto: a promoção de uma cidadania solidária.

Promoveremos a transparência na relação com os municípios, através da difusão permanente de informação, de visitas e de reuniões periódicas com os actores sociais, bem como através de novos mecanismos de atendimento aos municípios suportados pelas novas tecnologias hoje disponíveis, garantindo uma prática de ligação permanente à sociedade civil.

Quais os principais problemas e estrangulamentos que identifica no município?

A não conclusão da Revisão do Plano



Director Municipal, que tem sido um instrumento bloqueador ao desenvolvimento quando devia ser um instrumento de desenvolvimento estratégico.

A crise no sector dos curtumes e nos têxteis e a ausência de condições para desenvolver e atrair iniciativa empresarial. A recusa na instalação de um Parque de Negócios em 2002 e a não existência de projectos alternativos, com sustentabilidade económica e financeira.

O problema ambiental relacionado com o tratamento dos resíduos industriais provenientes do sector dos curtumes, quando se constata que os equipamentos existentes são já eles também um problema por resolver.

Quais as traves-mestras em que deve assentar uma política de desenvolvimento sustentado para o concelho?

Considerando as características do concelho de Alcanena, o seu desenvolvimento só pode ser encarado na óptica do desenvolvimento sustentado. Todo o nosso trabalho só faz sentido se houver pessoas. Actualmente assiste-se a uma "fuga" das pessoas para concelhos vizinhos, que consideram mais desenvolvidos e atractivos.

Temos que promover o desenvolvimento económico, resolver os problemas ambientais e reforçar as políticas sociais para que os jovens tenham condições de empregabilidade, para que as famílias se instalem, para que o concelho tenha vida e dinâmica.

E como pensa dinamizar a economia local?

Com o apoio às indústrias existentes na obtenção de vantagens competitivas ao nível da inovação, da qualificação e na promoção e integração em novos mercados.

Criar facilidades logísticas e territórios atractivos para a iniciativa empresarial. Potencializar também a localização geográfica e algum "know-how" já existente para apostar nas energias renováveis.

Qualquer das orientações tem que contar com um forte envolvimento dos empresários, associações empresariais e poder central, considerando até a implementação de algumas das medidas

já enunciadas pelo próprio Ministério da Economia e da Inovação, nomeadamente através do novo *Prime*.

Além disso é também fundamental afirmar o concelho em termos turísticos, valorizando o património cultural e natural e procedendo à sua divulgação e promoção de forma estruturada, reconhecendo a proximidade ao potencial turístico de Fátima como uma oportunidade a não perder.

Quais as medidas que pensa implementar para promover a qualidade de vida no concelho?

Para além das medidas relativas às questões económicas e ambientais já referenciadas, é fundamental a valorização das dez freguesias que constituem o concelho. É esta visão integrada do desenvolvimento global do concelho que caracteriza também a minha candidatura. Cada freguesia tem que ser avaliada de acordo com as suas características e potencialidades, de modo a garantir equidade territorial. Têm que ser garantidas entre si boas acessibilidades e condições de mobilidade, o saneamento básico tem que estar assegurado em todo o concelho, faltando ainda completar a freguesia de Monsanto e a totalidade da freguesia da Serra de Santo António. É fundamental também assegurar que todos os cidadãos tenham acesso a bons serviços de saúde, a uma protecção social justa e eficaz, a uma educação de qualidade para todos, à qualificação que responda às exigências do presente e do futuro do concelho e a uma oferta cultural diversificada.

Que actos tem já pensados para promover a igualdade de género e uma maior participação das mulheres na vida política?

O primeiro passo foi já garantir uma representatividade não inferior a 33 por cento de qualquer dos géneros, nas listas constituídas no concelho de Alcanena. Como candidata a presidente da Câmara de Alcanena, tenho preocupações alargadas com todos os cidadãos, mulheres e homens, assegurando o combate acérrimo a questões de injustiça social e/ou discriminação social, sejam elas de que natureza forem.

Pretendo para o efeito atribuir o pelouro da Educação, Igualdade e Qualificação e criar um Gabinete de Apoio ao Cidadão e à Família com atribuições directas ao nível da informação e da promoção de acções de sensibilização e/ou formação com especificidades próprias ao nível da sua intervenção pedagógica e social. Quero promover uma cidadania activa, solidária e digna. Além disso, a ligação permanente à sociedade civil, sustentada na informação, no atendimento e na participação, promovendo a transparência e a proximidade na relação com os municípios, através de um Gabinete de Apoio ao Município, proporcionará um maior envolvimento de ambos os sexos.

Que critérios estiveram na base da escolha da equipa que a vai acompanhar na corrida à presidência da Câmara?

A escolha da equipa que me acompanha foi feita com base em critérios de confiança pessoal, de competência profissional, de responsabilidade cívica e de representatividade de género. Incluo nos sete efectivos pessoas com provas dadas nos diferentes níveis de intervenção: educacional, social, cultural, ambiental e empresarial. É uma equipa dinâmica, coesa e com competências para corresponder aos desafios que se afiguram ao concelho de Alcanena.

Que balanço faz da gestão da actual maioria camarária?

Considerando a maioria absoluta obtida nas últimas eleições e a distribuição dos vários pelouros por cinco elementos, presidente e quatro vereadores a tempo inteiro, penso que as várias intervenções ficaram aquém das expectativas dos municípios.

Assistimos na generalidade a políticas de continuidade sem qualquer inovação. Além disso, foi incapaz de concretizar projectos estruturantes para o desenvolvimento do concelho, incluindo no seu programa de há quatro anos como por exemplo: a criação de um Parque de Negócios, a implantação da Zona Industrial de Minde, a instalação de uma Zona Industrial junto à A1.

Em todas as reuniões que realizámos nas várias freguesias, é referenciada também a não concretização da revisão do Plano Director Municipal, outra das promessas assumidas e não cumpridas.

Ao nível das indústrias instaladas no nosso concelho tem também faltado o apoio esperado, sobretudo porque vivem momentos de grande dificuldade.

Alcanena continua também e ainda a ser referenciada com os seus problemas ambientais, longe de estarem solucionados.

Todos gostaríamos que o concelho de Alcanena tivesse atingido um outro patamar em termos de desenvolvimento sustentado, que fosse um concelho com capacidade de afirmação regional e nacional, tendo até bons exemplos ao nível distrital. No entanto, a realidade é outra e como tal as responsabilidades têm obviamente que ser assumidas pela actual maioria camarária.

CONSELHO DE MINISTROS

APROVADAS PRIMEIRAS ALTERAÇÕES DO CÓDIGO DO TRABALHO

Em conformidade com as prioridades definidas no programa do Governo e após o acordo tripartido estabelecido em sede de concertação social entre Governo, UGT e empresários, o Executivo socialista decidiu introduzir as primeiras alterações ao Código do Trabalho, com vista a promover a contratação colectiva como instrumento preferencial de regulação das relações laborais.

No final da reunião do Conselho de Ministros do passado dia 22 de Julho, o ministro do Trabalho e da Solidariedade, Vieira da Silva, sublinhou que o objectivo principal da proposta de lei aprovada passa também pela vontade de "lutar contra o imobilismo negocial e o vazio da contratação colectiva".

O comunicado da reunião explica que estas primeiras alterações à legislação laboral visam evitar a caducidade das convenções colectivas, traduzem a prévia tentativa de resolução de conflitos através de todos os mecanismos negociais legalmente previstos e admitindo o recurso à arbitragem obrigatória, em caso de necessidade.

Assim, caso uma convenção caduque, mantém-se, até à entrada em vigor de uma nova convenção colectiva ou decisão arbitral, os direitos relativos à retribuição do trabalhador, à sua categoria profissional e respectivo horário de trabalho.

A proposta de alteração ao Código, que vai ser enviada para a Assembleia da República, define os critérios de presunção da existência de um contrato

de trabalho e facilita o depósito e publicação dos instrumentos de regulamentação colectiva.

Arrendamento: regime geral de obras coercivas

À saída desta reunião em que se procedeu também à aprovação final da proposta de lei referente ao novo regime do arrendamento urbano – depois de concluído o processo de discussão pública –, o secretário de Estado da Administração Local anunciou que o Governo vai apresentar um decreto complementar de alteração ao actual regime de obras coercivas.

Segundo Eduardo Cabrita, o diploma "tem o seu trabalho de preparação muito adiantado e deverá ser apresentado dentro de 120 dias, após as férias parlamentares e em simultâneo com o debate que se travará na Assembleia da República em torno da proposta de novo regime de arrendamento urbano".

Em linhas gerais, pretende-se regular situações em que o inquilino, proprietário de outra fracção do prédio ou uma entidade interessada em investir na recuperação do imóvel degradado (como uma autarquia) pretenda realizar obras de profunda renovação no edifício. Nestas situações, acrescentou Eduardo Cabrita, o novo diploma estabelecerá "o pagamento de uma indemnização ao inquilino, o seu realojamento em outra zona mas num edifício com características semelhantes, ou o seu realojamento temporário".



Novos acordos internacionais sobre off-shores

O Conselho de Ministros aprovou igualmente dez propostas de resolução para a celebração de acordos de troca de informações no domínio fiscal entre Portugal e territórios de *off-shores* dependentes do Reino Unido e da Holanda.

Os acordos para a "prestação automática de informação" abrangem os territórios de Aruba, antilhas holandesas e oito territórios ultramarinos do Reino Unido: Anguilla, Guernsey, Ilhas Caimão, Ilha de Man, Ilhas Turcas e Caicos, Jersey,

Ilhas Virgens Britânicas e Montserrat. As propostas de resolução do Executivo estão previstas na "directiva da Poupança" da União Europeia, que estabelece a "instituição de um mecanismo de troca de informações entre os Estados-membros referentes a beneficiários efectivos que sejam pessoas singulares residentes em outro Estado-membro".

Avaliação para inspectores de educação

Adaptar o sistema de avaliação e desempenho da Administração Pública

ao pessoal da carreira técnica superior de inspecção da Inspeção-Geral da Educação foi outra das decisões tomadas no dia 22 de Julho pelo Governo chefiado de José Sócrates.

Segundo o comunicado do Conselho de Ministros, fica estabelecido "um novo equilíbrio entre a ponderação de objectivos, competências comportamentais e atitude pessoal enquanto componentes do sistema de avaliação".

Neste contexto, o decreto regulamentar aprovado fixa em seis o número de competências comportamentais a avaliar no processo e define a ponderação de cada uma na avaliação final.

De acordo com o decreto, a ponderação da média será distribuída da seguinte maneira: 35 por cento na componente de objectivos, de 55 por cento na de competências e de 10 por cento na atitude pessoal.

Nó do Cartaxo na auto-estrada do Norte

Colmatar a necessidade de uma ligação ao Cartaxo que possibilite o acesso rápido e directo a esta cidade do Ribatejo é o objectivo central do Executivo socialista ao autorizar a construção de um nó na auto-estrada do Norte, entre Lisboa e Porto.

Com a aprovação desta obra passarão a existir dois novos sublanços entre Aveiras e Cartaxo e entre o Cartaxo e Santarém.

REPOSTA A AUTONOMIA DOS LABORATÓRIOS DO ESTADO

Para relançar a actividade científica em Portugal o Governo decidiu repor a autonomia administrativa e financeira em todos os laboratórios do Estado.

Esta medida, prevista no programa do Executivo, teve a sua tradução num decreto-lei aprovado, no passado dia 14, em Conselho de Ministros, que vai corrigir um erro do anterior Governo de direita com consequências "catastróficas", segundo considerou o ministro da Ciência e Ensino Superior.

Para Mariano Gago, a retirada da autonomia administrativa e financeira, atribuída em 1999 pelo Executivo de António Guterres, provocou "um atraso muito significativo na capacidade de intervenção dos laboratórios e na prestação de serviços à comunidade", o que aconteceu, nomeadamente, no caso do Laboratório Nacional de Engenharia Civil (LNEC).

"O facto de o LNEC não ter tido autonomia financeira foi verdadeiramente catastrófico porque significou a redução imediata da possibilidade de captação de receitas próprias, o que na prática se

traduziu por uma perda da sua capacidade de intervenção", afirmou o ministro. A medida do Governo socialista, que entrará em vigor a partir de Janeiro de 2006, visa a optimização dos meios e dos recursos financeiros destas instituições públicas, de forma a possibilitar "uma actuação mais eficaz" dos laboratórios do Estado.

A decisão governamental – descrita por Mariano Gago como uma das prioridades na área da ciência – satisfaz uma das principais reivindicações da comunidade científica e constitui "o primeiro passo para um maior investimento nos laboratórios". Na lista das instituições que vêem reposta a sua autonomia administrativa e financeira contam-se o LNEC, o Instituto Nacional de Saúde Ricardo Jorge ou o Instituto Nacional de Engenharia, Tecnologia e Inovação.

Há ainda laboratórios que, pela primeira vez, terão autonomia financeira, nomeadamente o Instituto de Meteorologia, a Direcção-Geral de Protecção das Culturas e o Laboratório Nacional de Investigação Veterinária.

Despesas da Fertagus regularizadas

Já na área das comunicações e dos transportes, o Governo deu aval à "regularização de despesas anteriores a 31 de Dezembro de 2004 no âmbito do contrato de concessão do eixo ferroviário Norte/Sul", ao autorizar o pagamento à Fertagus – Travessia do Tejo, Transportes – no valor de 45,177 milhões de euros. A referida resolução autoriza igualmente "a realização da despesa resultante do contrato de concessão do eixo ferroviário Norte/Sul renegociado com a Fertagus, no montante estimado de 57.644 euros, a suportar através da Direcção-Geral do Tesouro entre 2005 e 2010".

Nesta reunião do Conselho de Ministros, aprovou-se ainda uma proposta de lei que autoriza o Executivo a legislar em matéria de prospecto a publicar em caso de oferta pública de valores mobiliários ou da sua admissão à negociação. Segundo o ministro da Presidência, Pedro Silva Pereira, o diploma visa "aperfeiçoar um instrumento que é muito importante

para a informação dos interessados no mercado de valores mobiliários".

"Queremos tornar mais simples e mais fácil a leitura dos prospectos", adiantou o governante.

Nova estrutura de missão para os assuntos do mar

Relativamente aos assuntos do mar, o Executivo do PS decidiu criar uma estrutura de missão específica composta por dois elementos e que funcionará na dependência do ministro da Defesa, Luís Amado.

Segundo o comunicado do Governo, esta entidade tem como objectivo "a elaboração de um modelo orgânico e funcional mais adequado à articulação entre os diferentes departamentos dos assuntos do mar".

Assim, a estrutura de missão procurará identificar "as principais linhas orientadoras de uma Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável do Mar, bem como coordenar as contribuições e posições nacionais para a definição de

uma política marítima europeia".

O Governo refere que junto à estrutura de missão irá funcionar um conselho consultivo, que poderá ainda integrar entidades privadas, além de representantes de ministérios.

Portugal apoia agricultura de países em desenvolvimento

Passando ao sector da cooperação, o Conselho de Ministros aprovou ainda uma resolução prevendo que Portugal contribua a partir deste ano, até 2006, com 778,950 euros para o desenvolvimento da agricultura de países em vias de desenvolvimento.

O montante global dos diferentes países doadores ascende a 460 milhões de dólares norte-americanos e, entre as nações beneficiárias, estão os países africanos de expressão portuguesa e Timor-Leste.

A resolução aprovada no passado dia 14 permite igualmente que o nosso país possa participar no aumento de recursos do Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (IFAD), do qual é membro desde 1978.

"EMPRESAS NA HORA"

O Governo "tudo fará para criar melhor ambiente para os negócios e as empresas". Esta a garantia dada pelo primeiro-ministro, José Sócrates, no passado dia 14, na abertura de um posto de criação de "Empresa na Hora", instalado no centro de formalidades de empresas que funciona na sede da Associação Industrial do Distrito de Aveiro.

Na ocasião, Sócrates considerou que a iniciativa que permite a criação de uma empresa num só dia é "um sinal político de que o Governo está no caminho certo". "Trata-se de uma aposta no crescimento económico porque só com ele haverá menos desemprego e maior justiça social", afirmou o chefe do Executivo socialista. Aos agentes económicos privados, José Sócrates disse que o novo sistema de constituição das empresas pretende ser "um contributo para uma cultura empresarial de risco, de inovação e de competitividade" e também "a afirmação de uma administração pública moderna e eficaz". O primeiro-ministro assistiu em Aveiro à constituição de uma nova empresa de construção por quotas com sede na Borralha, Águeda — que obteve, "na hora", o número de contribuinte, da Segurança Social e o registo definitivo de constituição, bem como o cartão de pessoa colectiva. O processo ficou cerca de 200 euros mais barato e demorou muitíssimo menos tempo.

Na presença de José Sócrates, o processo de constituição da primeira "empresa na hora" primou pela eficiência, com o sistema informático a funcionar sem surpresas.

"Final não foi uma empresa na hora, mas uma empresa em meia hora", comentou Sócrates, que felicitou os sócios da nova sociedade.

O programa "Empresa na Hora" — um projecto concertado da presidência do Conselho de Ministros e dos Ministérios das Finanças, Justiça, Economia e Inovação e Trabalho e Solidariedade Social — está já disponível nas Conservatórias do Registo Comercial de Coimbra, Aveiro, Moita e Barreiro e nos Centros de Formalidades das Empresas de Aveiro e de



10 PASSOS PARA A CRIAÇÃO DE UMA EMPRESA

Para que Portugal possa dispor de uma economia mais competitiva e sustentadamente sólida e integrada no espaço europeu, o Governo acaba de criar a "empresa na hora" um novo mecanismo que, através de um regime especial de constituição de sociedades, vai permitir que num só dia o putativo empresário crie a sua própria empresa, de forma ágil, rápida e desburocratizada.

Dez medidas para a criação de uma empresa

Primeiro passo: o empreendedor. Conhecer-se a si próprio e ter ideias sólidas do mercado;

Segundo passo: a ideia. Como encontrar uma boa ideia, desenvolvê-la e protegê-la;

Terceiro passo: o contexto. Os potenciais empresários devem conhecer bem o contexto legal, económico e social onde se movimentam;

Quarto passo: o balanço. Conhecer os pontos forte e fracos

do projecto;

Quinto passo: a envolvente. Percepção da envolvente externa e conhecimento do mercado;

Sexto passo: a política comercial. A estratégia de marketing e de compras e bases da acção comercial;

Sétimo passo: os meios. Financeiros, materiais e humanos; **Oitavo passo: formalidade e finanças.** De modo a ter conhecimento exacto de factores como a sua situação patrimonial, as operações relativas ao negócio, a aplicação correcta dos seus fundos e os recursos que pode dispor.

Nono passo: formalidades legais. A escolha da forma jurídica da empresa vai determinar o seu modelo de funcionamento;

Décimo passo: retoma e franchising. A criação ou a retoma de uma empresa corresponde a duas lógicas distintas. A primeira permite a livre expressão de futuro empresário, a segunda implica a sua adequação a um modelo pré-existente. O último caso corresponde também, e como regra, a custos comparativamente mais elevados.

Coimbra, prevendo-se o seu futuro alargamento a todo o país.

Criação de empresa através da Internet já em 2006

Entretanto, em Coimbra, o chefe do Governo socialista anunciou o lançamento do serviço que permitirá constituir empresas por via electrónica, isto é, através da Internet. "Este será um passo muito significativo de incentivo ao dinamismo empresarial", afirmou José Sócrates, adiantando de seguida que este novo serviço será criado no primeiro semestre de 2006.

"É uma mudança simbólica: a administração pública está preparada para mudar e ser aliada do crescimento económico. Estamos a dar um bom sinal ao mundo empresarial, de estímulo à iniciativa e ao espírito empreendedor e ao mundo dos negócios", considerou Sócrates, para quem "Portugal passa para a dianteira relativamente à constituição de empresas" com a criação deste serviço.

TEIXEIRA DOS SANTOS É O NOVO MINISTRO DAS FINANÇAS

Fernando Teixeira dos Santos tomou posse como ministro de Estado e das Finanças no passado dia 20, no Palácio de Belém, na sequência do pedido de demissão de Luís Campos e Cunha, que invocou razões pessoais, familiares e de cansaço para explicar a sua saída do Governo.

Teixeira dos Santos foi secretário de Estado das Finanças e Tesouro no primeiro Executivo de António Guterres e deixa a presidência da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM), que chefiou durante os últimos seis anos, para regressar à actividade governativa.

Fora do universo político, Teixeira dos Santos já se destacou no mundo empresarial, tendo ocupado os cargos de administrador do extinto IPE — Investimentos e Participações do Estado (1986-1987) e consultor de

várias empresas em Portugal (1976/79 — 1983/86).

Nascido na Maia, há 53 anos, o novo ministro das Finanças é licenciado em Economia pela Universidade do Porto e doutorado na mesma área pela Universidade da Carolina do Sul (EUA), especializando-se na vertente macro.

A sua passagem pela CMVM fica marcada pela introdução do chamado "Corporate Governance", um conjunto de novas regras de gestão empresarial que obrigam a uma maior transparência e divulgação da informação ao mercado.

Foi ainda sob a sua presidência que avançaram os julgamentos por crimes de mercado.

Casado e pai de dois filhos, Teixeira dos Santos é professor associado na Faculdade de Economia da Universidade do Porto, onde dá aulas desde 1991. **M.R.**



AO SERVIÇO DA RES PUBLICA

Os candidatos [autárquicos] socialistas encontram no exemplo de Mário Soares um novo fôlego e uma nova fonte de inspiração para prosseguirem as suas actividades, espalhando a boa-nova de que o PS está em todas as batalhas para as ganhar e colocar as vitórias ao serviço dos cidadãos e do nosso país.

As autárquicas, cuja campanha já decorre a ritmo acelerado, vão perder obviamente notoriedade. Mas, como nos ensinou Guterres: "É a vida". Isto não quer contudo dizer que as campanhas nos 308 concelhos do país vão esmorecer. Pelo contrário. Os candidatos socialistas encontram no exemplo de Mário Soares um novo fôlego e uma nova fonte de inspiração para prosseguirem as suas actividades, espalhando a boa-nova de que o PS está em todas as batalhas para as ganhar e colocar as vitórias ao serviço dos cidadãos e do nosso país.

Entretanto, há mais mundo para além do rectângulo. As notícias diárias de atentados evidenciam-nos à saciedade que vivemos num mundo perigoso e sob a ameaça do terror. Em nome da segurança muitas vezes se têm levantado no sentido de suprimir alguns dos direitos, liberdades e garantias para que possamos melhor fazer frente aos terroristas. Não estou certo que este seja o preço a pagar, tanto mais que a nossa civilização se funda e fundamenta precisamente no acervo das liberdades que conquistámos para a afirmação da cidadania. Restringi-las significa retroceder em matéria de direitos fundamentais e abrir espaço à chamada deriva securitária. Por mim farei a vida normal, mas como cidadão não avalizo a ideia de que o combate ao terrorismo se faça através da institucionalização de um Big Brother do Estado por mais suave ou discreto que seja. É aguentar firme e não subverter as regras do Estado Social de Direito. Fazê-lo significará que aceitamos trocar as nossas regras pelas deles e que a democracia passou a ser um regime de faz de conta.

Partamos pois para férias com a consciência de que a *silly season* também já não é o que era e que muitas surpresas nos reservam Agosto.



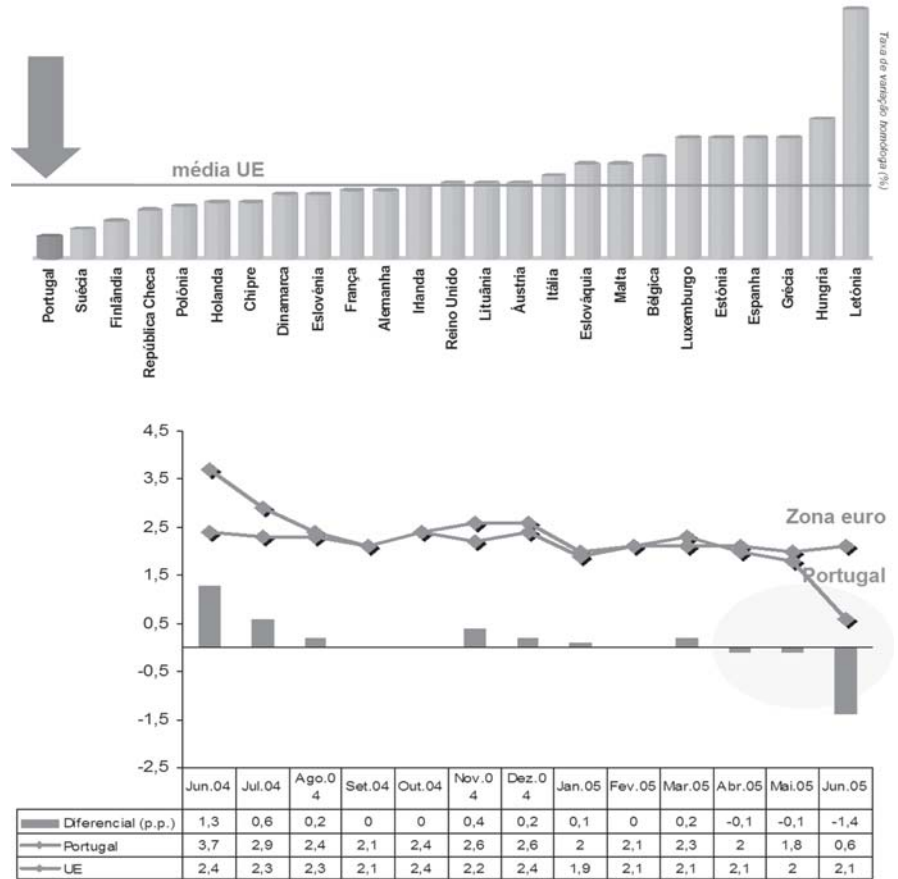
**SILVINO GOMES
DA SILVA**

silvino@ps.pt

OPINIÃO

A TAXA DE INFLAÇÃO EM PORTUGAL É A MAIS BAIXA DA UNIÃO EUROPEIA

Em Junho, Portugal apresenta a taxa de inflação homóloga mais baixa da União Europeia. Pelo terceiro mês consecutivo, Portugal apresenta uma taxa de inflação homóloga abaixo da média da zona Euro e de toda a União Europeia, acentuando-se a diferença neste último mês de Junho.



www. ps.pt

**Acção
Socialista**

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA
Propriedade do Partido Socialista

DIRECTOR Jorge Seguro Sanches jseguro@ps.parlamento.pt | DIRECTOR-ADJUNTO Silvino Gomes da Silva silvino@ps.parlamento.pt
REDACÇÃO J.C. Castelo Branco cbranco@ps.pt; Mary Rodrigues mary@ps.pt; Rui Solano de Almeida rsolano@ps.pt | SECRETARIADO
Virginia Damas virginia@ps.pt | PAGINAÇÃO ELECTRÓNICA Francisco Sandoval francisco@ps.pt EDIÇÃO INTERNET José Raimundo;
Francisco Sandoval | REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E EXPEDIÇÃO Partido Socialista; Largo do Rato 2, 1269-143 Lisboa; Telefone 21 382
20 00, Fax 21 382 20 33 | DEPÓSITO LEGAL Nº 21339/88 | ISSN: 0871-102X | IMPRESSÃO Mirandela, Artes Gráficas SA; Rua Rodrigues Faria
103, 1300-501 Lisboa

Toda a colaboração deverá ser enviada para o endereço do jornal
ou para accaosocialista@ps.pt

www.p.s.pt / accao

PS AVANÇA COM LIMITAÇÃO DE MANDATOS

O consenso não foi alcançado, mas até à votação final deverá ser possível chegar-se a um acordo sobre a Lei de Limitação de Mandatos. O diploma do Governo é votado a 28 de Julho, último dia dos trabalhos parlamentares antes das férias.

O Partido Socialista levou à discussão, na especialidade, ainda antes das férias parlamentares, o diploma do Governo sobre a limitação de mandatos dos titulares de cargos políticos.

A proposta que limita a três mandatos consecutivos os cargos de primeiro-ministro, autarcas e presidentes dos governos regionais dos Açores e da Madeira, necessita, contudo, para ser aprovada, dos votos favoráveis de dois terços dos deputados.

O diploma foi apresentado na especialidade e subirá a plenário dia 28 de Julho, último dia antes das férias parlamentares. Para o vice-presidente da bancada socialista, Vitalino Canas, o PS não quis

deixar passar o final da sessão legislativa sem que o diploma pudesse ser apreciado, reconhecendo, contudo, que o consenso necessário com o PSD "não foi possível alcançar".

Politicamente, na opinião de Vitalino Canas, os sociais-democratas terão que ser confrontados com a sua incoerência, uma vez que, lembrou, "dizem que estão de acordo com a limitação de mandatos dos titulares de cargos políticos e surgem agora publicamente a manifestar-se contra a nossa proposta".

Na perspectiva do PS, adianta ainda este responsável e vice-presidente da bancada parlamentar socialista, o problema anda à volta "da falta de coragem que



manifestam para enfrentar o presidente do governo regional da Madeira".
Recorda-se que enquanto o Partido

Socialista defende a imitação de mandatos para o primeiro-ministro, autarcas e presidentes dos governos regionais PSD, por seu lado, limita a sua opção unicamente aos autarcas. A discordância estende-se ainda à configuração de contagem do tempo. Os socialistas propõem que o tempo dos mandatos anteriores deva ser contado, admitindo uma excepção de um novo mandato somente para aqueles que possam estar a atingir o termo máximo estabelecido na sua proposta. Para o maior partido da oposição contagem só deverá começar a partir de agora, ou seja, quando a lei entrar em vigor.

Pela importância de que se reveste este diploma, reconhece Vitalino Canas, "tudo

faremos para que possa ser aprovado", defendendo, por outro lado, que "ainda é possível chegar-se a um acordo razoável até à votação final".

O PS não está irredutível na sua posição, lembrou, pelo que ainda é cedo para baixarmos os braços, mas antes pelo contrário, devemos "aguardar que um entendimento possa ainda ser possível", uma vez que, assegurou, "estamos disponíveis para alterar o momento de entrada em vigor do diploma".

Há muito que se fala em Portugal na introdução de regras legais que limitem os mandatos dos cargos políticos, mas só com o actual Governo liderado por José Sócrates se passou das intenções aos actos. E isto só foi possível, recorde-se, porque a revisão da Constituição em 2004 abriu a possibilidade de se mexer numa situação que os portugueses reclamavam há anos. Cabe agora aos partidos políticos colocarem em lei ordinária as novas regras para os mandatos dos cargos políticos.

R.S.A.

ACTUALIDADE PARLAMENTAR

AR ENCERRA PARA FÉRIAS

A conferência de líderes agendou para o próximo dia 28 de Julho a última reunião plenária da Assembleia da República antes das férias. Para esta sessão, ficaram marcadas as discussões sobre as propostas do Governo respeitantes à redução das férias judiciais e ao congelamento da progressão automática das carreiras na função pública. Nesta última sessão plenária, o período da parte da tarde será reservado ao debate e à votação das Grandes Opções do Plano.

Este será, assim, o único plenário extraordinário, depois dos trabalhos parlamentares ordinários terem encerrado no passado dia 8 de Julho.

A 20 de Julho reuniu-se a comissão permanente da Assembleia da República, que é o órgão que substitui o plenário durante as férias parlamentares.

Sócrates janta com o Clube Parlamentar

O secretário-geral do PS e primeiro-ministro, José Sócrates, é o convidado do Clube Parlamentar do PS da Assembleia da República, para um jantar-debate no dia 28 de Julho. Este fórum retoma assim as suas iniciativas com o convite ao líder socialista. A reunião servirá para que os participantes analisem a situação política actual e partam daí para o habitual debate que estes encontros sempre compreendem.

Socialistas lamentam encerramento do Ballet Gulbenkian

Os deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, membros da comissão de Educação, Ciência e Cultura, tornaram pública uma nota onde manifestam a sua tristeza pela extinção do Ballet Gulbenkian. Recordam o papel pioneiro que a companhia desempenhou durante cerca de 40 anos, referindo que a sua contribuição ficará para sempre registada



como uma referência na cultura portuguesa, prestigiando Portugal além-fronteiras.

Os deputados socialistas expressam a sua solidariedade a todos os membros da companhia, desejando que as suas competências artísticas e técnicas, "que já constituem um precioso património nacional", possam encontrar em Portugal "novas condições de desenvolvimento e de afirmação ao serviço da cultura e, de uma modo particular, do bailado clássico e contemporâneo".

Governo propõe limites à concentração dos "media"

O Governo tem agendado para apresentar uma proposta de lei sobre os limites à concentração da propriedade de meios de comunicação social.

Muito se tem falado, entre nós, sobretudo nos últimos três anos, da necessidade de regulamentar este sector que nalguns casos está a atingir padrões preocupantes nomeadamente para a qualidade da liberdade de informar e de ser informado. Segundo Augusto Santos Silva, ministro dos Assuntos Parlamentares com a tutela da Comunicação Social, a especificidade do sector aconselha a que a lei seja clara no que respeita às regras do mercado. Para Santos Silva, que falava num jantar-debate promovido pela Confederação

Portuguesa dos Meios de Comunicação, o que importa reter desta proposta governamental, "é que pretendemos desenvolvê-la com os grupos de comunicação e não contra eles".

Para este responsável, afigura-se de todo o interesse que se tomem já as medidas necessárias, numa altura, disse, em que ainda "não existe concentração excessiva nos media portugueses", facto que na sua perspectiva "permite legislar de uma forma abstracta".

Mas, apesar de estarmos, nesta matéria, longe do que sucede noutros países, Santos Silva recorda que a necessidade de impor limites à existência excessiva de concentração das empresas de comunicação social, está há muito consignado na Constituição Portuguesa. Lembrou, todavia, que o problema em Portugal "não é tanto o que respeita à concentração dos meios, mas a possibilidade de todos os grupos terem acesso à distribuição dos seus conteúdos". O Governo, disse o ministro, deve entender-se com os grupos ligados à comunicação social sobre todos os aspectos ligados a esta problemática, discutir em conjunto as condições de intervenção do Estado nesta área, defendendo, por outro lado, que o serviço público deverá ficar restrito à rádio e à televisão públicas e à agência de notícias Lusa.

R.S.A.

SEGURO ELEITO DEPUTADO DO ANO



O deputado socialista António José Seguro foi eleito o *deputado do ano* (2004/2005), pela Associação dos Jornalistas Parlamentares.

Atualmente, aquela Associação que é constituída pelos jornalistas que acompanham a actividade da Assembleia da República, procedem à eleição do deputado que se destacou ao longo da sessão legislativa.

António Seguro desempenhou entre Abril de 2004 e Março de 2005, as funções de líder do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e é actualmente presidente da Comissão Parlamentar de Educação, Ciência e Cultura.

REQUERIMENTOS

O PS PERGUNTA

Assunto: Requerimento ao ministro da Justiça relativo aos julgados de paz no concelho de Odivelas

Apresentado por: Susana Amador

Assunto: Requerimento ao ministro da Saúde relativo a irregularidades na gestão do hospital distrital de Viseu

Apresentado por: José Junqueiro e Miguel Ginestal

Assunto: Requerimento aos ministros da Justiça e do Trabalho e Segurança Social relativo à criação da base de dados das crianças em perigo e maltratadas

Apresentado por: Teresa Venda e Rosário Carneiro

Assunto: Requerimento ao ministro do Ambiente relativo ao tratamento de efluentes de suiniculturas na região de Leiria

Apresentado por: Odete João

Assunto: Requerimento ao presidente da Assembleia da República relativo à situação excepcional nas ajudas à transformação de citrinos em 2004/2005 decorrente da seca

Apresentado por: Miguel Freitas e José Apolinário

Assunto: Requerimento ao presidente da Assembleia da República relativo à situação orçamental do Instituto de Desporto de Portugal

Apresentado por: Fernando Cabral

INICIATIVAS

O PS PROPÕE

134/X/1 – Cria o sistema de vigilância e controlo do exercício da actividade de dragagens de inertes

133/X/1 – Estabelece medidas de protecção da Orla Costeira



UMA NOVA GERAÇÃO DE POLÍTICAS AUTÁRQUICAS



AUTÁRQUICAS 2005

